

SUMÁRIO

- 129 — ● Dois Grandes Planos de Pastoral —
D. EUGÊNIO DE A. SALES e MONS. JEAN
JADOT
- 143 — ● Da Passagem, do Egresso e da Demis-
são de Religiosos (Da Demissão) —
FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY,
O. F.M.
- 155 — ● Alguns Aspectos Sócio-Religiosos do
Desenvolvimento Mundial Nos Próxi-
mos Decênios — C. THOEN
- 171 — ● Crise em Nossa América — PE. MA-
NUEL FOYACA, S. J.
- 182 — ● A Emissôra da Santa Sé (IV — Ins-
talações) — PE. PAULO BESSA DE
ALMEIDA, S. J.
- 191 — ● CRB Informa. . .
- 192 — ● Recensões Bibliográficas

Dois Grandes Planos de Pastoral

N. da R. — Ao I Congresso Internacional do "Pro Mundi Vita", celebrado de 3 a 5 de setembro p.p., em Essen, na Alemanha, foram apresentados dois importantes Planos de Pastoral, o do Nordeste Brasileiro, pelo Exmo. Sr. Dom Eugênio de Araújo Sales, responsável pelo Secretariado Regional do Nordeste da CNBB, e o do Congo, pelo Revmo. Mons. Jean Jadot, Secretário das Obras Pontificias pelas Missões na Bélgica. Publicamos aqui o texto de ambos.

Os dois textos traduzem grandes diferenças não apenas no modo de apresentação mas também no próprio conteúdo. No do Nordeste sentimos a sensibilidade do principal autor do Plano; no do Congo vemos a exposição de um observador de fora. O do Nordeste está fortemente impregnado pelo problema do subdesenvolvimento da região, e o do Congo pelo problema da recente libertação do colonialismo econômico e religioso.

Mas os dois Planos têm também grande afinidade: como ponto de partida apresentam a dura realidade concreta e a problemática fundamental da área, com base numa particular sensibilidade do momento histórico da região; nasceram não em um gabinete de estudo de alguns intelectuais, mas como fruto de um intenso e prolongado diálogo, horizontal e vertical, e pretendem arregimentar todas as forças vivas da Igreja na região.

São exatamente estes traços comuns que implicam para todos nós uma preciosa lição.

I — UMA EXPERIÊNCIA PASTORAL EM REGIÃO SUBDESENVOLVIDA (NORDESTE BRASILEIRO)

DOM EUGÊNIO DE A. SALES

I — Introdução

A PASTORAL é todo esforço da comunidade eclesial para transmitir e fazer viver a mensagem (1).

(1) É denominado "de conjunto" quando todas as forças da comunidade assumem em comum e sob a direção do Bispo sua missão evangelizadora.

Neste trabalho vamos especialmente localizar o condicionamento exigido para que a mensagem seja entendida ou exerça com maior eficiência seu objetivo sobrenatural.

A evangelização inclui os seguintes elementos: a mensagem, os mensageiros, os destinatários e os métodos.

A mensagem é todo o plano que Jesus e o Espírito Santo trouxeram. Está escrita na Bíblia e na Tradição Apostólica. Os elementos da mensagem podem mudar na maneira de ser expressos e na respectiva explicação (progresso dogmático).

Os destinatários são todos os homens de todos os séculos até o fim do mundo. Homens localizados no contexto histórico, geográfico, político e econômico em que a Providência os coloca. A mensagem divina intemporal deve chegar até eles de modo que possam entendê-la.

Mensageiro é, no Corpo Místico, todo batizado, segundo a sua posição na Igreja. Deve fazer que a mensagem chegue inteira e inalterada a cada homem, situado em sua época. O mensageiro deve prolongar o mistério da Encarnação: "o Verbo se fez carne e habitou entre nós (Jo 1, 14). "Como Cristo se encarnou na raça judaica quer pela Igreja como que encarnar-se e habitar em cada povo, em cada geração, em cada civilização, para assumi-la e consagrá-la ao Pai". Como esta mensagem foi proclamada em seu tempo na língua e na mentalidade do mundo semita greco-romano, cumpre que na sucessão dos tempos, pelo trabalho dos mensageiros, cada povo e cada época da história recebam esta mensagem anunciada e expressa "na sua própria língua" (At 2, 6-11), no seu pensamento, na sua arte, na sua mentalidade, na sua civilização.

Os métodos são o conjunto de sistemas e de instrumentais variáveis segundo as necessidades e oportunidades dos tempos que se usam para a transmissão da mensagem. Assim como as experiências pastorais não podem ser pura e simplesmente transplantadas, e como um povo desenvolvido e um povo em desenvolvimento diferem profundamente, as áreas em desenvolvimento pedem uma Pastoral própria. Como também uma Pastoral para países em desenvolvimento mas de tradição católica deve ser diferente daquela a ser usada em países do mesmo nível de progresso mas sem uma profunda tradição católica. Toda esta exposição se aplica em seu conjunto aos primeiros, havendo entretanto muitos aspectos que são comuns aos dois grupos acima mencionados. Em tudo, entende-se o papel indispensável e predominante da graça.

II — O Movimento de Natal

a) *Informações prévias*

Natal é a capital do Rio Grande do Norte, um dos nove Estados ou Províncias que formam o Nordeste Brasileiro, com uma população de 25 milhões de habitantes; constitui, segundo se afirma, a maior área-problema do Hemisfério Ocidental. Costumo dizer, estabelecendo comparação,

que o Nordeste Brasileiro é o maior país da América Latina, excluindo o próprio Brasil e o México. Para se ter uma idéia, só o Nordeste é maior do que tôdas as repúblicas da América Central reunidas. Sua Jerarquia abrange mais de 50 Bispos e um Cardeal em 50 Circunscrições Eclesiásticas. É uma região em grande parte semi-árida, com uma queda pluviométrica em volta de 500 mm por ano e sujeita a crises climáticas quando surge então a fome aguda. A renda "per capita" é inferior a US\$ 100,00. A disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul do País, a área mais desenvolvida do Brasil, é de 1 para 4, e as previsões em 1970 são que a renda "per capita" do Nordeste atingirá US\$ 120,00, enquanto que o Centro-Sul chegará a US\$ 440,00. Teme-se que desigualdades regionais assumam perigosas características de institucionalizar-se. 72% da população ativa do Nordeste se dedica à agricultura. Alto índice de mortalidade infantil, índice de vida em volta dos 30 anos e outros sinais característicos das áreas subdesenvolvidas. A parte demográfica, sociedade maciçamente jovem, com 31,3% com menos de 10 anos. 64,5% com menos de 20 anos. Área sujeita a muitos deslocamentos populacionais. Região de profundas modificações estruturais, uma população que se conscientiza rapidamente. Nível de inteligência alto e um temperamento inconformado.

Nesta área trabalham grandes forças. Um órgão governamental de renome internacional, SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) que tem uma linha de promoção econômica sem equilíbrio com outros valores. Movimentos de massa. Na parte religiosa, um grande espírito de fé, mas um cristianismo mais de adesão que de decisão. Éste um quadro panorâmico do Nordeste Brasileiro.

b) O Movimento de Natal

Como surgiu. — 1) Em 1948 teve início o Movimento de Natal. Alguns sacerdotes, preocupados com as necessidades de se unir para melhor exercerem sua ação apostólica, começaram a reunir-se privadamente. Eram seis. Estas reuniões mensais, que continuam até hoje, com todo o clero, constituem os dois vínculos do Movimento de Natal.

2) O segundo momento foi a necessidade de enfrentar os problemas da região. Uma pequena equipe de sacerdotes e leigos preocupava-se com a situação geral. Esse grupo era constituído de elementos militantes da Ação Católica, Assistentes Eclesiásticos e leigos de nível intelectual elevado. A gravidade da problemática no meio rural levou essa equipe a tentar soluções em nome da Igreja com uma visão realista do cristão nesse meio. Realizou uma pesquisa em várias áreas do Rio Grande do Norte, um movimento de massa com presença das autoridades civis e religiosas, como tentativa de chamar a atenção para o problema. Organizou-se uma entidade — o Serviço de Assistência Rural (SAR).

Tôdas essas atividades, talvez aparentemente distanciadas da Igreja, tôdas elas tinham uma finalidade Pastoral.

3) O Movimento de Natal deu os primeiros passos com a preparação de líderes, e ainda hoje seus centros de treinamento constituem um dos aspectos vitais de suas atividades.

4) Falta quase total de recursos materiais no início e ainda hoje. Grandes problemas financeiros. Existência da dinâmica idealista e a força da comunidade são sustentáculos do trabalho.

5) Cresceu o Movimento de Natal na parte rural como Serviço de Assistência Rural e depois passou para a área urbana, através do Secretariado Arquidiocesano de Ação Social e desenvolvendo-se em alguns aspectos para a região do Nordeste e mesmo para o próprio País.

O desenvolvimento. — O SAR se compõe hoje de muitos setores de trabalho. Setor de Saúde, atingindo oito maternidades; o Setor Técnico com vários técnicos nacionais e estrangeiros; o Setor do Ensino Médico com 13 estabelecimentos e 1 600 alunos; o Setor de Treinamento de líderes com uma equipe responsável e muitas centenas de líderes treinados e supervisionados; o Setor de Artesanato, com centenas de artesãs; o Setor de Cooperativas com uma rede de cooperativas de crédito e de consumo espalhadas pela capital e pelo interior; o Setor de Migração e Colonização, desenvolvendo um largo trabalho; o Setor de Centros Sociais e Clubes com dezenas de Centros e centenas de clubistas; o Setor de Sindicalização Rural fazendo surgir sindicatos e treinando dirigentes; Setor de Politização — Emissora com milhares de alunos em Escolas Radiofônicas, Jornal e Tipografia.

Na parte urbana age através de uma série de Escolas, Internatos, Instituições de Caridade, Educação de Base nas cidades. Coordenação na área rural e urbana das atividades apostólicas. Um Secretariado Diocesano integrado e todas as atividades, unindo a Cúria aos trabalhos aparentemente distanciados, fazem da Diocese um todo em função do Evangelho. Os planejamentos apostólicos e sociais dão uma visão clara à Pastoral, dividindo tarefas, descobrindo meios, engajando pessoas. Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos reunidos em equipe olham com visão crítica o que foi feito e e se voltam para determinadas tarefas e encargos dentro dos objetivos propostos. O Bispo conservando-se em sua posição jerárquica desce às bases do Movimento. Assim, pode avaliar do alto a experiência e tomar conhecimento dos meios de trabalho. A Diocese se torna uma família. Só com esse espírito a organização será autenticamente cristã. Perde a frieza das coisas comuns para se transformar em uma força a serviço do Evangelho.

O Movimento de Natal deu origem, através de uma reunião de muitas dioceses do Nordeste, em Natal, ao Secretariado para a Igreja no Nordeste, depois aprovado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esse Secretariado funciona em Natal com a finalidade de coordenar e estimular as atividades da Igreja em toda a região. Há uma equipe

administrativa, uma equipe técnica. Vem promovendo repetidas reuniões de diversos tipos e níveis, tentando ajudar a Igreja em nível Regional, Provincial, Diocesano e Paroquial, numa Revisão e Planejamento das atividades apostólicas; com a participação de sacerdotes, religiosos e leigos; pela reunião dos padres que assumem a parte espiritual da região; para a organização de Projetos Pastorais tendo em vista o desenvolvimento da região, com áreas prioritárias (23 pontos-chaves que devem merecer atenção especial). Treinamento de líderes sindicais, cooperativistas etc. A equipe do Secretariado se desloca para vários pontos da região. Há anexo ao Secretariado uma equipe do Movimento por um Mundo Melhor que tem ajudado extraordinariamente.

À margem do Movimento de Natal, houve anteriormente duas reuniões de dois Bispos da Região com técnicos governamentais a fim de cooperarem com o governo civil na solução dos problemas das populações. É uma maneira de aquêles que fazem parte de uma comunidade subdesenvolvida estimularem o bem-estar material, condição indispensável para uma efetiva evangelização. Há separação da Igreja e do Estado, mas há uma mútua colaboração.

Do Movimento de Natal surgiram várias atividades que atingem o País inteiro. As sindicalizações rurais no Brasil começaram praticamente em Natal e conseguiu despertar a mesma sindicalização através de todo o Brasil. Toda a Educação de Base pelo rádio teve início também no Movimento de Natal, e hoje há um convênio do Governo Federal para toda a área menos desenvolvida do País. Outra atividade que vai se espalhando é o trabalho de politização, dando consciência ao homem de sua dignidade e fazendo-o raciocinar tornando-se assim independente. A CNBB, após a experiência do Secretariado Regional do Nordeste, dividiu o País em sete Regiões com Plano de Emergência. O Secretariado do Nordeste é parte integrante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e não do Movimento de Natal.

III — Características do Movimento de Natal

Para melhor se entender o que acaba de ser exposto, eis alguns aspectos do Movimento de Natal.

a) Uma Igreja formando uma família, em que o Bispo, os padres e os leigos se entendem numa base quase fraterna, num debate franco dos problemas comuns.

b) Espírito comunitário no sentido de cooperação das próprias comunidades ajudando a se desenvolverem.

c) Esforço de organização e planificação de atividades. O SAR, por exemplo, organiza planejamentos trienais e projetos concretos. A Pastoral está numa base de rumos e de projetos pastorais concretos, com o Secretariado Diocesano para supervisionar e ajudar.

d) Ideal apostólico pelo menos em todos os que trabalham nos postos-chaves, para servir à Igreja numa linha larga em que se atende ao homem integral nas suas necessidades, dando assim um depoimento concreto de vida cristã.

e) Característica de pobreza e grande falta de recursos materiais.

f) Característica de contato através de meios de divulgação. O Bispo celebrando a missa aos domingos pelo rádio sabe que muitas dezenas de milhares de seus diocesanos respondem às orações da missa, dialogam com êle e cantam os mesmos hinos que são cantados na Catedral. Isso graças aos aparelhos de rádio com recepção cativante e com recepção organizada espalhados largamente.

g) A visão total do homem. Paróquia como São Paulo de Pontegi, onde o vigário sozinho para uma população de 30 000 almas consegue que toda a paróquia resolva vários de seus problemas, como saúde, médico, maternidade, pronto-socorro, ensino, diversões, fazendo uma verdadeira família em torno do pároco e este com as religiosas e leigos.

IV — Dedução de uma experiência pastoral de conjunto em área em desenvolvimento

Da experiência do Movimento de Natal, acredito que podemos tirar algumas conclusões.

a) Visão global e jerarquização de metas

Uma Igreja num País em desenvolvimento é uma Igreja pobre. Faltam-lhe sacerdotes, leigos bem formados e recursos materiais. O que existe é empregado muitas vezes com critérios locais e não em função do Bem Comum. Assim, de uma maneira especial, faz-se necessária uma visão global das necessidades e jerarquização de metas a fim de serem aproveitados da melhor maneira os recursos existentes e em função de uma Pastoral de conjunto. Acima dos estritos limites paroquiais e até diocesanos, deve estar o bem comum da região no País. Em vez de construir igrejas que esperam por cristãos, fazer funcionar os meios que levam aos cristãos a mensagem. Hoje, pode ser mais importante um sindicato que uma igreja.

b) Valor da ação social no espiritual

O dinamismo social será o sinal da Igreja para os homens do mundo em desenvolvimento, como a solicitude de Cristo para com os pobres e enfermos foi sinal de sua missão entre os homens de seu tempo. Os homens são concretos e não se convencem habitualmente senão por fatos palpáveis. Em muitas áreas em desenvolvimento, como no Nordeste, faltam condições humanas mínimas. Ao faminto é bem difícil escutar, mesmo que

o apresentado se revista de sonoridade divina. Neste contexto o trabalho social é de singular importância para a evangelização. É instrumento valioso para testemunhar a presença da Igreja, de seu amor concreto e desinteressado, nos ambientes em que outra linguagem seria inteligível.

Nos países em desenvolvimento há um perigo de progressiva estatização socializante das estruturas. Não basta então um testemunho de caridade e trabalho social da Igreja, visando atingir cada indivíduo. É também necessário um sistemático esforço no sentido de incrementar a criação de corpos intermediários — cooperativas, sindicatos etc. — que educam para um trabalho comunitário integrado no processo desenvolvimentista da região.

Em preparando o laicato para assumir suas responsabilidades temporais a Igreja deve influir para a transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Há, entretanto, uma larga margem de perigo no social:

1. absorver o apostólico;
2. funcionar a obra pela obra, em si mesma, sem a preocupação de dar o testemunho de Cristo, tornando-se mais próxima da filantropia do que da Caridade;
3. pensar numa Caridade sem Justiça;
4. assistir sem promover, sem levar o beneficiado a assumir o próprio desenvolvimento da região. É mais fácil a esmola que destrói do que a esmola que edifica. Dar é tão fácil como receber. Não saber dar, pode ser mais prejudicial do que não dar;
5. deixar que o laicato aja sempre desligado da Jerarquia, terminando em posições puramente laicistas. Ou, de outra parte, conservar os leigos apenas como executores de um clericalismo monopolizador até do temporal;
6. um laicato entusiasmado pelo social que se transforma mais em economista ou responsável pelo combate às desigualdades do que em dar testemunho de vida cristã, como apóstolo.

c) Pastoral criadora

Significa Pastoral criadora e não apenas Pastoral de execução e de adaptação. A Providência de Deus colocou-nos em um tempo determinado da história e em um lugar concreto não apenas com a função de prolongarmos o passado no presente, mas de encarnarmos, segundo as exigências do momento e do lugar, a Mensagem eterna do Evangelho no futuro. Esse compromisso com a realidade e com a Mensagem exigirá não apenas uma adaptação apressada de fórmulas milagrosas, de outros continentes ou regiões, em fidelidade mecânica a fórmulas do passado, mas uma atitude criadora, adequada à realidade e fiel ao Evangelho.

Num país em desenvolvimento, olhar só para o passado ou só para o presente é condenar o trabalho apostólico à marginalidade da vida concreta dos homens. Somente olhando alguns anos na frente é que a nossa ação

atual pode assumir suas verdadeiras proporções construtivas. Nessa perspectiva deve-se identificar os centros que decidem os rumos da evolução (grandes cidades, polos em desenvolvimento, órgãos de opinião pública, meios universitários etc.) e os trabalhos que o governo planeja realizar. Assim, em vez de desenvolver obras paralelas, procurar marcar com a Mensagem a ação do Poder Civil em sua execução e em seus planos futuros.

d) Pastoral de juventude

No Nordeste, por exemplo, 64,5% da população é menor de 20 anos. Essa juventude, ainda imatura física, psíquica e espiritualmente, está em geral lançada muito cedo no temporal, executando tarefas de adultos que levam a perigosos desgastes humanos e crises espirituais. A Pastoral cabe revelar-lhes:

1. a eficiência profunda da ação nas estruturas condicionada à interiorização do seu próprio ser humano-cristão de jovem;
2. a missão de, intimamente unidos, assumir a transformação das estruturas em sentido cristão;
3. membros responsáveis de uma comunidade viva chamada Igreja.

V — Conclusão

Quem de um país desenvolvido como este olha as imensas e sofridas áreas onde se exerce uma Pastoral de país subdesenvolvido é tentado a tomar duas posições:

1. de misericórdia, em que procura apenas recolher fundos ou enviar sacerdotes, religiosas e leigos por piedade motivada pela miséria alheia;
2. julgar essa Igreja com rigor atribuindo as suas deficiências às falhas humanas dos seus pastores e membros.

Eu espero, entretanto, que este Congresso veja o mundo subdesenvolvido com o olhar e com o coração de Cristo. Um país subdesenvolvido pode ter riquezas muito maiores embora escondidas do que o país desenvolvido. Necessário se faz uma Pastoral de interajuda, consequência do Corpo Místico e exigência de "Fidei Donum", do espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II, em que áreas subdesenvolvidas procuram com esforço descobrir as riquezas nas áreas subdesenvolvidas e, uma vez descobertas, ajudarem a desenvolvê-las. Este o grande sentido da interajuda na Pastoral da Igreja de hoje; simbolizada naquele quadro do Evangelho: uma seara imensa a lourejar; uns a semear, outros a cultivarem e alguns a vão regar, mas tudo será recolhido ao celeiro comum dos filhos de um mesmo Pai e membros de uma mesma Família. O esforço é de muitos, mas o lucro é de todos.

II — O ALCANCE DO PLANO DE PASTORAL DO CONGO

MONS. JEAN JADOT

Secret. das Obr. Pontif. Miss. da Bélgica

1. A *Sessão Plenária* do Episcopado congolês é realizada cada cinco anos. Seus trabalhos são preparados e suas decisões executadas pelo Secretariado Geral do Episcopado com sede em Léopoldville. Este Secretariado funciona sob a supervisão imediata do *Comitê Permanente* que se reúne ordinariamente duas vezes por ano e que confia a direção diária a seu presidente (Mons. Scalais, Arcebispo de Léopoldville) e a seu vice-presidente (Mons. Kimbondo, Bispo de Kisumu). Uma *Conferência Provincial* reúne cada ano todos os sufragâneos ao redor de seus Arcebispos. Estas conferências devem inteirar-se dos problemas que serão discutidos na sessão do Comitê Permanente e manifestar sua opinião. O Secretariado Geral do Episcopado toma parte em cada uma destas conferências provinciais com a finalidade de assegurar uma maior coordenação.

2. No plano nacional foram criados *seis departamentos*. O Presidente é um membro do Comitê Permanente, eleito pela Sessão Plenária, e os trabalhos são realizados por meio de um secretariado que funciona como uma parte do Secretariado Geral do Episcopado. Eis os seis departamentos:

- 1) Departamento de cura de almas, catequese e liturgia
- 2) Departamento de Ação Social
- 3) Departamento dos métodos de extensão
- 4) Departamento de Apostolado dos Leigos e de Ação Católica
- 5) Departamento de Ensino
- 6) Departamento de Ação Médica e Caritativa.

3. Foi criada também uma *Assembléia de Superiores Gerais* de Congregações masculinas e uma *Assembléia de Superiores Gerais* de Congregações femininas, das quais cada uma dispõe de uma *Comissão Diretiva* e de um *Secretariado*. Cai sob sua competência tudo o que se refere à organização e ao desenvolvimento da vida religiosa no Congo.

4. A *sexta Sessão Plenária* teve lugar em Leopoldstad, em novembro de 1961. Esta sessão foi de extraordinária importância, porque deveria considerar a situação depois dos fortes choques que marcaram a independência do Congo e porque deveria dar as normas pastorais que exigia a nova situação política e social. Estas normas deveriam ao mesmo tempo ter em conta os diversos movimentos que vivem no "Terceiro Mundo", como também as orientações que se apresentaram nos estudos preparatórios do Concílio Vaticano II.

Apesar da situação dramática, causada pela revolta dos militares em 1960, pela publicação da morte de Lumumba em fevereiro de 1961, pela intervenção armada da ONU em Katanga (setembro de 1961), já em setembro de 1960 empreendera-se a preparação da Sessão Plenária com um inquérito detalhado que se estendia a todo o Congo.

Dezenas de grupos de estudo, compostos de sacerdotes negros e brancos, religiosos, religiosas e leigos, depararam com uma lista muito detalhada de perguntas. Todos estes debates foram compilados pelo Secretariado do Episcopado, que daí tirou o material para os projetos de resoluções. Estes projetos foram examinados detidamente pelas Conferências Provinciais. As críticas por elas feitas tornaram possível a redação definitiva dos informes e normas que foram apresentados a 58 Prelados e 7 Superiores Gerais delegados, reunidos em Léopoldstad, de 20 de novembro a 2 de dezembro de 1961.

Estes detalhes dão uma idéia do trabalho realizado: amplidão dos informes, seriedade de investigação, maturidade de reflexão. O que vou expor agora mostrará também a objetividade, o realismo e o valor que animam a Jerarquia congolês.

5. As *Atas da sexta Sessão Plenária do Episcopado congolês* foram publicadas num grande volume de 416 páginas, editado em Leopoldstad, em 1962.

6. Antes de tudo, os *Bispos vão definindo a situação*. Certamente a Igreja já foi implantada no Congo, porém não deixou raízes suficientes. Por quê? Porque, em comparação com as religiões dos antepassados, o Cristianismo é uma "revolução". Porque a mensagem de Cristo foi pregada por missionários impregnados da cultura ocidental. Porque esta mensagem foi apresentada no momento em que a civilização técnica do Ocidente se chocava com os costumes da sociedade africana. Tudo isso causa uma separação entre a vida prática e as exigências da fé.

7. A *implantação da Igreja* foi realizada através de um desenvolvimento muito intenso de instituições, inspirada por soluções que haviam provado seu valor no Ocidente. Aos poucos, estas instituições tornaram-se uma carga excessivamente pesada, que aos sacerdotes tira a possibilidade de aprofundar a fé dos cristãos. Daí é objeto de discussão o cristianismo sociológico e institucional. Esta mudança na Pastoral corresponde a uma mudança na civilização. O regime cristão está superado. Decididamente

deve ser implantado o regime de missão, uma pastoral em estado de missão. Deve-se procurar o modo de como apresentar a Igreja ao Congo que nasce — o que supõe que a Igreja se manifesta na ordem da santidade, atendo-se a meios pobres —, que ela se atenha a uma pastoral de diálogo e colaboração com todos os homens de boa vontade num clima de respeito tanto à liberdade dos indivíduos como à responsabilidade dos leigos no mundo.

Isso na prática significa que o esforço apostólico, antes de tudo, deve concentrar-se na formação de comunidades cristãs vivas com a ajuda de meios especificamente eclesiais: pregação, liturgia, educação e formação de leigos, obras de caridade.

8. Estas comunidades cristãs vivas podem existir unicamente quando todos os apóstolos que trabalham num lugar determinado pensam unidos sobre o apostolado, e unidos o organizam. Trabalhar em equipe é indispensável. No plano paroquial os Bispos congolezes pensam na *equipe sacerdotal*, que se reúne todas as semanas; na *equipe apostólica* que compreende todas as pessoas sagradas que têm uma função na paróquia; esta equipe se reúne pelo menos em todos os momentos importantes da vida paroquial; na *equipe paroquial* (ou comitê paroquial), que compreende a equipe sacerdotal, representantes da equipe apostólica e leigos representantes da paróquia. Seu objetivo é deixar os leigos na direção da comunidade paroquial. A maioria dos membros da equipe paroquial deve ser de leigos e se reúne uma ou duas vezes por mês. É claro que a aplicação destas normas variará conforme o ambiente: o apostolado da cidade e o apostolado do campo têm lugar em suas próprias características.

Esta organização paroquial faz parte de uma organização interparoquial que, por sua vez, chega a uma organização diocesana, na qual comissões especializadas (catequese, liturgia, ensino, Ação Católica etc.) são responsáveis por um setor determinado da evangelização.

9. Em tal projeto de Pastoral a *formação de leigos* ocupa um lugar muito importante. Os Bispos elaboraram um plano de formação intensiva. O que parece mais urgente é uma rede de catequistas de real valor para compensar a falta dos sacerdotes nas escolas que se tornam cada vez mais neutras. O primeiro objetivo é, pois, a abertura de um *centro de formação para catequistas*.

Praticamente existem em toda parte movimentos apostólicos, porém muitas vezes falta formação aos líderes locais e até aos líderes regionais. Muitos sentem isso demais e desejam tornar-se líderes capazes. As distâncias e a variedade de situações locais impedem uma solução geral. Formaram-se, porém, grupos ambulantes de professores, e estes, a pedido das autoridades religiosas interessadas, organizam semanas de estudo, tardes e sessões de formação, com a finalidade de formar líderes. Os resultados se multiplicam, tanto nos centros urbanos como no campo. Em alguns casos a formação se completa com um estudo na Europa.

10. *Estes leigos são formados* para assumir responsabilidades na vida. Responsabilidades na Igreja e na ordem temporal. Devem participar da obra de evangelização que não é reservada exclusivamente à Jerarquia e às pessoas sagradas. Neste apostolado os leigos não são meros executores; têm uma verdadeira responsabilidade em colaboração com a Jerarquia.

Devem ser ativos também no *temporal*. Lembrando o que se diz na "Mater et Magistra", a Sessão Plenária acentua a necessidade de uma presença ativa dos cristãos para assegurar os valores humanos ameaçados e efetuar a compreensão entre os indivíduos e povos, acima das diferenças de opiniões mesquinhas. Os cristãos devem procurar manter um respeito eficiente à pessoa humana e prestar sua ajuda para realizar as previsões coletivas e as instituições jurídicas, que desenvolvem a solidariedade, a segurança e o progresso. Para tanto devem colaborar estreitamente com os não-cristãos. Devem procurar manter estreitamente separadas as competências, tratando de estabelecer organizações específicas, umas não-confessionais com fins puramente sociais e políticos, outras confessionais com fins religiosos. Como cidadão, o cristão deve colaborar com os não-cristãos para o bem público do País.

Esta ação no temporal é necessária particularmente no campo, que passa pela mesma crise, que afetou todos os ambientes rurais no mundo. Recomenda-se muito tomar interesse no desenvolvimento da coletividade, através de uma fórmula de progresso social que, rompendo resolutamente com os métodos paternalísticos e autoritários, baseia toda iniciativa sobre a participação ativa das massas. As atividades oferecem um campo especial de trabalho, onde a comunidade cristã pode exercer a caridade concreta, participando e tomando sobre si as necessidades da comunidade natural.

11. Um dos grandes setores aos quais a Igreja tradicionalmente dedica muitos de seus esforços — *o ensino e o cuidado dos doentes* — continua sendo importante, ainda quando não se requer sempre seu caráter especificamente católico no mesmo grau. Os institutos católicos de ensino não se identificam com o trabalho pastoral da Igreja e justificam sua existência unicamente na medida de sua união com a ação pastoral em sua totalidade. Deve existir uma estreita relação entre a comunidade escolar e a comunidade cristã. Quanto às obras de assistência médico-social, — que também têm um aspecto temporal e outro espiritual — elas devem dar à Igreja a oportunidade de manter-se fiel ao mandato de caridade no quadro de uma reorganização adaptada à socialização tão característica de nosso tempo.

12. Todos os esforços de renovação pastoral correm perigo de fracassar, enquanto permanecer a escassez de vocações sacerdotais e religiosas. É necessária uma ação sistemática para *fomentar as vocações* sagradas. O Secretariado Geral do Episcopado conta entre seus integrantes pessoa que se especializou no fomento das vocações; sua tarefa é de ajudar as dioceses que desejam empreender algo neste assunto.

13. É este, em grandes traços, o plano pastoral feito pela Jerarquia do Congo. A realização está em bom caminho e se aproveita da renovação que efetuou o Concílio Vaticano II. Tudo dá esperança que a Igreja do Congo possa levar a bom termo o trabalho que iniciou, quando puder conseguir a ajuda de fora de que ela necessita nestes momentos. Este trabalho é: desprender-se do passado e aceitar plenamente o presente com a colaboração de todos os cristãos, num espírito de apêlo total à fé e de uma ampla simpatia pelo mundo de hoje.

COMUNICADO

CURSO DE ECÓNOMOS E DE ECÓNOMAS PROVINCIAIS

Acabamos de remeter aos superiores maiores, em anexo à circular n.º 10/64 de 19/03/64, um esboço de MATÉRIAS passíveis de estudos e debates nos dois Cursos — o de Ecónomos e o de Ecónomas — anunciados em nossa Revista de Janeiro (pág. 40) e a se realizarem em maio próximo. Pedimos aos interessados que nos comuniquem suas inscrições, dentro do mais breve espaço de tempo possível; já que o número limite é de cinquenta para cada qual. Havendo mais pedidos de inscrições, poder-se-á eventualmente repetir o Curso, talvez mesmo em outra cidade e Estado.

É de suma conveniência que os cursistas anotem já com antecedência assuntos, pontos, questões, dificuldades, dúvidas etc. que gostariam, ou deveriam, fossem debatidos, estudados e elucidados de modo especial. E, se ainda quisessem ter a fineza de nos comunicar os seus desejos etc., poderia a direção dos Cursos, eventualmente, conseguir mesmo que algum técnico especializado nos fizesse uma exposição e elucidasse atualizada e tecnicamente o assunto.

Atenciosamente
in caritate fraterna

FREI MATIAS HEIDEMAN, O.F.M.
Ecónomo

Direito dos Religiosos

Da Passagem, do Egresso e da Demissão de Religiosos

FREI FRANCISCO XAVIER BOCKEY, O.F.M.

(Continuação do número anterior)

IV — DA DEMISSÃO DE RELIGIOSOS DE VOTOS PERPÉTUOS NUMA RELIGIÃO CLERICAL ISENTA

NO DIREITO ATUAL a demissão de religiosos com votos perpétuos, simples ou solenes, requer um processo formal, ajustado às normas especiais traçadas nos cânones 654 a 668. A extensão da matéria exige que nos limitemos ao essencial.

1. *Necessidade do processo judicial.* — O cân. 654 estabelece: “O (homem) professado de votos solenes ou de votos simples perpétuos numa religião clerical isenta não deve ser demitido, senão depois de ter sido feito o processo”. É uma norma rígida e exclusiva, de maneira que os privilégios contrários a ela não de ser considerados ab-rogados no que se opuseclamarem providências urgentes, ressalvas estas estatuídas pelo próprio Código nos cânones 654 e 646 (110). O processo é chamado judicial, embora, quanto à substância, seja antes administrativo (111). Além das prescrições contidas nos cânones 654 a 668, são-lhes aplicadas as normas do processo criminal.

(109) A Coronata, *op. cit.*, I, n.º 653, pág. 362; Goyeneche, *op. cit.*, n.º 119, pág. 223.

(110) O cân. 654 será considerado no próximo capítulo; o cân. 646 refere os casos em que o religioso é “*ipso facto*” demitido.

(111) Goyeneche, *CpR*, XV, pág. 369 e ss.

2. *Tribunal competente.* — a) *Tribunal ordinário.* “Para dar a sentença de demissão é competente o *supremo Moderador* da religião ou da Congregação monástica, com o seu Conselho ou Capítulo composto ao menos de quatro religiosos; se alguns faltarem, o presidente com o consentimento dos outros que constituem com êle o tribunal colegial escolha em seu lugar outros tantos religiosos” (cân. 655, § 1) (112).

A causa está, portanto, reservada ao *tribunal de cinco juizes* que devem proceder de maneira colegial, dando a sentença em conformidade com a maioria dos votos. Caso o conselho conte com número maior de religiosos, haverá mais juizes (113). No mais, atenda-se às constituições particulares da religião (114).

“O presidente, com o consentimento dos outros, nomeie o *promotor da justiça*, conforme cân. 1589, § 2” (cân. 655, § 2). O promotor da justiça pode ser eleito para tôdas as causas ocorrentes ou para uma causa particular. Se a sua presença fôr exigida pelo direito, não sendo citado ou não assistindo assim mesmo, os atos são nulos. Se tiver sido chamado, mas não vier, os atos valem, mas depois devem ser submetidos ao seu exame (115).

Em todo o processo deve haver um notário a fim de exercer o ofício de *atuario*, de maneira que as atas não escritas ou pelo menos assinadas por êle são nulas (116).

Se outro não fôr o costume aprovado do tribunal, devem ser nomeados *cursores* para tôdas as causas ou para as especiais a fim de intimarem os atos judiciais, e bem assim *meirinhos* para executar as sentenças e decretos do juiz por ordem dêste. A mesma pessoa pode desempenhar os dois cargos (117).

O presidente do tribunal colegial deve designar um dos respectivos juizes como *ponente* ou *relator* que nas reuniões dos juizes relate o que consta da causa e escreva as sentenças; havendo justa causa, o presidente pode substituí-lo por outro (118).

No juízo criminal o réu deve ter sempre um *advogado*, escolhido por êle ou dado pelo juiz (119).

b) *Tribunal extraordinário.* “Para as regiões longínquas mesmo nos casos ordinários os supremos moderadores, com o consentimento do seu conselho ou capítulo, podem confiar a religiosos probos e prudentes,

(112) Se um mosteiro ou abadia não pertencer a nenhuma congregação monástica, é preciso recorrer à S. Sé em cada caso particular. Cf. decisão da Sagr. Cong. dos Religiosos Cum singulae, de 16 de maio de 1911, (AAS, III, pág. 235, n.º 1.º); Goyeneche, op.cit., n.º 120, pág. 223, nota 4; A Coronata, op.cit., n.º 654, pág. 862, nota 3.

(113) A Coronata, op.cit., I, n.º 654, pág. 863.

(114) Const. Ger. da O.F.M., art. 126, § 2.º. O § 3.º permite a constituição de um tribunal delegado na própria cúria.

(115) Cans. 1586, 1587, 1588, § 2.

(116) Cân. 1585, § 1.

(117) Cans. 1591 a 1593. Melhor um irmão leigo, diz (A Coronata) Goyeneche, op.cit., n.º 120, pág. 224.

(118) Cân. 1584.

(119) Cân. 1655.

que devem ser ao menos três, a faculdade de demitir da religião" (cân. 667). Regiões longínquas são as da Ásia, África e América e até as das ilhas, cuja comunicação é difícil devido a qualquer circunstâncias, p.ex. guerra, tempestade etc. (120).

O tribunal delegado deve observar o que foi prescrito com relação à intervenção do promotor de justiça, do advogado do réu, etc. no tribunal ordinário, não podendo dar a sentença definitiva senão depois de provados os três delitos, as duas advertências e o defeito de emenda (121).

3. *Requisitos para fazer o processo.* — "Não se pode proceder à organização do processo sem haver antes: 1.º delitos graves externos quer contra o direito comum quer contra o direito especial dos religiosos; 2.º admoestações; 3.º falta de emenda" (cân. 656).

Tudo isto foi necessário também para decretar a demissão de um religioso de votos perpétuos numa religião de homens não isenta, mas, como advertimos, interpretando o cân. 649, então não se precisava seguir a forma rígida de um processo judicial. Exigem-se, portanto:

— 1.º *Três delitos*, conforme os dizeres do cân. 657: "Os delitos devem ser ao menos três da mesma espécie, ou, sendo de diversa, tais que tomados juntos manifestem a vontade perversa obstinada no mal, ou um apenas permanente, que se torne virtualmente tríplice por força das repetidas admoestações".

O delito da mesma espécie opõe-se à mesma virtude, ainda que seja cometido em circunstâncias diversas e estas mudem talvez a espécie teológica; assim p. ex. todo o delito contra a castidade, embora se enumerem muitas espécies. Permanente é o delito que necessariamente dura por algum tempo, como seja p. ex. a bigamia ou a permanência de um religioso em determinado lugar ou casa contra o preceito formal de obediência do superior (122). Delitos de espécie diversa são os cometidos contra virtudes diferentes, p. ex. obediência e pobreza. Neste caso, no entanto, é preciso que os três delitos, considerados em seu conjunto, demonstrem uma má-vontade obstinada no mal e não apenas uma grande fraqueza (123).

As opiniões dos autores ainda divergem quanto à natureza do delito nesse cânone, afirmando uns (124) que o delito deve ser tomado no sentido estritamente técnico conforme o cân. 2195, ou seja a violação externa e moralmente imputável da lei a que está anexa uma sanção ao menos indeterminada, contentando-se outros (125) com transgressões graves e externas, embora não sejam delitos propriamente ditos. Tendo em conta

(120) Cf. Gigante, *op.cit.*, I, pág. 608.

(121) Cf. cân. 663 a 666.

(122) A Coronata, *op.cit.*, I, n.º 655, pág. 864 a 865.

(123) Tabera, *op.cit.*, n.º 416, pág. 566.

(124) Schaefer, *op.cit.*, pág. 774; Verm.-Cr., *op.cit.*, I, n.º 815; Chelodi, *op.cit.*, n.º 291, pág. 485; Palombo, *op.cit.*, n.º 38; Goyeneche, *op.cit.*, n.º 114, pág. 214, nota 3; Hans-teln, *op.cit.*, 87, pág. 287.

(125) Creusen, *op.cit.*, n.º 353, pág. 281, mas a diferença é mínima; Jansen, *Ordensrecht*, pág. 301.

sobretudo a amplitude do cân. 2222, pode-se dizer, todavia, que praticamente a diferença entre as duas concepções é reduzida ao mínimo (126).

Os delitos devem ser *graves*, para que haja proporção entre a falta e a pena extremamente grande, e *externos*. Êste t rmo pressupõe que não se trata de uma viola o meramente interna ou de todo desconhecida, mas não exige que o fato seja do domínio público (127). Mesmo assim, os delitos devem ser *not rios* por notoriedade de direito ou de fato, de acôrdo com o c n. 2197, n.às 2 e 3, ou pelo menos públicos (c n. 2197, número 1. ), sendo por isso necessário que constem através da confissão extrajudicial do réu (128), ou por meio de provas suficientes, fornecidas pela inquisi o anterior (c n. 658,   1).

Entre os diversos delitos há de existir um certo nexo, de sorte que manifestem realmente a vontade perversa do religioso. Pois, se  ste, depois do primeiro delito, se tiver corrigido ou emendado, fazendo penitências e empregando os meios para evitar novas quedas, não há por que possa ser contado entre os delitos necessários para a demissão. Consta a emenda, segundo os autores, quando dentro do espaço de três anos nada de importante acontece (129).

Tôdas essas regras são aplicadas t mbe m ao delito permanente. A questão se a apostasia da religião pode ser considerada causa suficiente para decretar a demissão   hoje comumente decidido em sentido afirmativo (130).

— 2.  *Duas admoesta es.* a) *No o.* A advertência, no conceito mais amplo,   o ato legítimo por que o superior convida o súdito a corrigir ou mudar o seu modo de agir, visto ser repreensível ao menos na sua aparência externa (131).   de notar que as admoesta es aqui requeridas não são precisamente aquelas das quais fala o c n. 2306, como remédios penais, e que devem preceder   infli o de penas. Considerando o nosso caso, a administra o   o ato legítimo pelo qual o superior maior ou o Ordinar o, por si ou por pessoa sua delegada, repreende o religioso súdito, réu certo de um delito, impondo-lhe algumas penitências e ameaçando-o com a demissão, se cometer nôvo delito ou não se emendar (132). As admoesta es devem ser *canônicas*. São canônicas, quando forem estatui-

(126) Tabera, *op. cit.*, n.  416, pág. 564.

(127) Quer me parecer que A Coronata, *op. cit.*, n.  655, pág. 864, vai muito longe, exigindo que o delito seja conhecido entre os seculares, de maneira que não haja possibilidade de conservar o religioso na religião sem infâmia. Que se fará dos desobedientes obstinados que são a religião conhece? Cf. Tabera, *op. cit.*, n.  416, p g. 564.

(128) Cf. c n. 1753.

(129) Cf. Goyeneche, *CpR*, V, p g. 24; A Coronata, *op. cit.*, I, n.  655, p g. 864.

(130) Larraona, *CpR*, IV, p g. 174 a 178; A Coronata, *op. cit.*, I, n.  655, p g. 865.

(131) Gigante, *op. cit.*, III, n.  535, p g. 387. A defini o de Blat (*De delictis et poenis*, p g. 189)   esta: "Animadversio alleui facta de actione ipsius non laudanda" e de Verm.-Cr. (*op. cit.*, III, p g. 256) "Actus Superioris legitimi quo fidelem ad delinquendum paratum vel delicti suspectum, de periculo vel necessitate aliquid faciendi vel omittendi attentum facit.

(132) A Coronata, *op. cit.*, I, n.  655, p g. 865; Tabera, *op. cit.*, *ib.* e *CpR*, XIV, p g. 271. A Coronata, M., *Manuale practicum iuris disciplinaris et criminalis regularium*, n.  261.

das e reguladas pelos cânones, procedendo do poder jurisdicional e tendo efeitos jurídicos. Não bastam, portanto, advertências paternas ou amigáveis (133). As admoestações canônicas podem ser *secretas*, isto é, feitas pelo superior ou seu delegado, constando, porém, de um documento guardado no arquivo secreto, e *públicas*, isto é, dadas na forma que já explicaremos.

b) *Forma*. O Código nada diz a respeito, mas uma boa norma pode ser tirada do cân. 2309, §§ 2 a 5. A advertência pública é feita perante o notário ou duas testemunhas ou por carta escrita de forma a constar por documento a sua recepção e conteúdo (ib., § 2). Este documento pode ser o duplicado da carta e o aviso da recepção. A carta poderá ser enviada não só por correio com o dito aviso, mas também pelo cursor ou por meio dos tabeliães públicos. Quem se recusar a recebê-la ou doutra forma impedir que lhe chegue às mãos, considera-se avisado (134). A admoestação pública deve ser conservada no arquivo público.

c) *Superior competente*. “A admoestação deve ser feita pelo Superior maior imediato, pessoalmente ou por outrem, à ordem dêle; mas o superior não dê a ordem senão depois de prévia informação do fato, conforme o cân. 658, § 1; a ordem dada para a primeira admoestação valha também para a segunda” (cân. 659). O superior maior, provincial ou equiparados, não necessita de delegação ou ordem alguma do superior geral para as admoestações, mesmo que êste seja o único competente para decidir a demissão (135).

d) *Tempo oportuno*. “Para fazer as admoestações é necessário que ou do delito seja notório ou se conheça por confissão extrajudicial do réu ou por outras provas suficientes que o inquérito tenha fornecido” (cân. 658, § 1). “Na realização do inquérito observe-se de uma maneira conveniente o disposto nos cânones 1939 e ss.” (ib., § 2). Por conseguinte, não bastam conjecturas nem suposições mais ou menos fundadas, mas requer-se uma certeza adquirida segundo o cânone. Na dúvida, o superior investigue melhor ou se abstenha da admoestação (136).

e) *Número*. “As admoestações devem ser duas, isto é, uma para cada um dos dois primeiros delitos; mas nos delitos continuados ou permanentes é necessário que entre a primeira e a segunda admoestação haja o espaço de pelo menos três dias íntegros” (cân. 660). Os dias devem ser contados de acôrdo com o cân. 34, § 3, 3.º, de sorte que o primeiro dia não entra na contagem (137).

f) *Acrêscimos*. “O Superior às admoestações junte exortações e correções oportunas, impondo, além disso, penitências e outros remédios penais julgados mais aptos para a emenda do réu e reparação do escândalo.

(133) Tabera, CpR, XIV, pág. 271.

(134) Gigante, op. cit., III, n.º 537, pág. 388.

(135) Tabera, op. cit., n.º 417, pág. 569.

(136) Tabera, CpR, XIV, pág. 272.

(137) A Coronata, op. cit., I, n.º 655, pág. 865, nota 8; Tabera, op. cit., n.º 417, pág. 569, 5.

Além disso, o Superior tem obrigação de remover o réu das ocasiões de recair, mesmo pela transferência, se fôr necessária, para outra casa, onde seja mais fácil a vigilância e mais remota a ocasião de delinquir. A cada admoestação junte-se a cominação de despedida da religião" (cân. 661, §§ 1 a 3).

g) *Elementos essenciais.* Para que a admoestação tenha valor se requer: a) que seja *canônica* e não somente paternal, amigável ou privada; b) que seja *pública*, de maneira que se possa prová-la no processo judicial; c) que lhe esteja unida a ameaça da demissão; d) que seja dada pelo *legítimo superior* ou em virtude do mandato do mesmo; e) que seja dada *depois de um delito* certamente cometido (138).

— 3.º *Falta de emenda.* É um elemento essencial, pôsto que a incorrigibilidade demonstrada pela inutilidade das admoestações, correções e penitências é a verdadeira e única causa da demissão. "Julga-se que o religioso se não emendou, se praticar nôvo delito ou persistir no mesmo delito depois da segunda admoestação" (cân. 662). Esta incorrigibilidade é denominada *de direito*, sendo suficiente para a demissão. Todavia o cânone citado acrescenta que após a última admoestação se deve esperar pelo menos seis dias (139), antes de tomar outras medidas ou iniciar o processo. Este espaço, embora curto em si, basta para o religioso dar provas de sua vontade de corrigir-se, pelo menos, quando se tratar de delito permanente (140). Entende-se que as provas de emenda devem ser claras e sinceras, pois uns simples indícios não podem retardar o comêço do processo. Aliás, há autores que afirmam não se precisar dar nenhuma atenção a tais provas ou sinais, desde que existe a incorrigibilidade jurídica (141). A Coronata (142) prefere reservar essa teoria, exclusivamente, para o caso em que o processo já foi introduzido, uma vez que então se pode duvidar da sinceridade da emenda.

— 4.º *Transmissão dos autos e documentos.* Tudo quanto dissemos até aqui é apenas a preparação do processo. A preparação não está a cargo do supremo moderador como presidente do tribunal de demissão, mas incumbe ao superior maior de cada província ou mosteiro independente, podendo êste ainda delegar qualquer dos seus súditos. Para dar andamento à causa, o cân. 663 determina que: "O Superior maior imediato, depois de terem sido em vão as admoestações e correções, junte com diligência todos os atos e documentos e transmita-os ao supremo Moderador". O superior maior cuide que se observem bem as formalidades jurídicas e sobretudo que todos os atos e documentos sejam assinados pelo notário

(138) Tabera, CpR, XIV, pág. 273.

(139) A contar conforme o Cân. 34, § 3.º

(140) Tabera, op.cit., n.º 418, pág. 570.

(141) Goyeneche, op.cit., n.º 115, pág. 217; CpR, IV, pág. 372; Tabera, op.cit., ib., quando se tratar de delitos superados.

(142) A Coronata, op.cit., I, n.º 665, pág. 867, e nota 5.

e, se possível fôr, também pelo réu (143). O superior supremo para os monges não é o abade primaz, mas o abade presidente de uma congregação monástica.

4. *Processo.* — a) *Introdução do processo.* De posse dos atos e documentos, o moderador supremo entrega-os ao promotor da justiça que os examinará e proporá as suas conclusões (cân. 663). “Se o promotor da justiça, a quem é lícito fazer outros inquéritos que julgue oportunos, propõe a acusação, instrua-se o processo, observando-se adaptadas ao caso as prescrições dos cânones na Primeira Parte do Livro IV” (cân. 664, § 1). Podemos omitir normas mais precisas, porque interessam mais aos componentes do tribunal competente.

b) *Finalidade do processo.* “Do processo devem constar os delitos cometidos, a dupla admoestação feita e a falta de emenda” (ib., § 2). É a substância do processo (144).

c) *Sentença.* 1.º *Pronunciamento da sentença.* “Ponderadas com diligência as alegações tanto do promotor da justiça como do réu, se julgar que está suficientemente provado tudo o que é referido no cân. 664, § 2, o tribunal pronuncie a sentença de demissão” (cân. 665). Por conseguinte, se forem provados os delitos, as admoestações e a falta de emenda, os juízes decidirão com a maioria absoluta de votos a demissão do religioso. Havendo paridade, o presidente pode desempatar conforme cân. 101, § 1, 1.º. Se não quiser usar de seu direito, não haverá demissão (145). 2.º *Confirmação e execução da sentença.* “A sentença só pode ser executada depois de confirmada pela Sagrada Congregação para a qual o presidente do tribunal procurará quanto antes transmitir a sentença e todos os atos do processo” (cân. 666). Contra a sentença da Sagrada Congregação não há apelação em suspensivo (146), mas apenas em devolutivo (147). Será pelo menos conveniente (148) comunicar a sentença de demissão não somente ao réu e ao superior dêle, mas também ao Ordinário de origem e ao Ordinário do lugar onde o demitido fixar residência. O decreto “*Quum singularae*” prescrevia isto, antigamente, quando se tratava de um religioso com ordens sacras.

AVISO. Em vista das dificuldades que o processo de demissão oferece, introduziu-se a praxe de substituí-lo, quando fôr possível, pelo indulto de secularização (149).

(143) A Coronata, op. cit., ib., pág. 868.

(144) Goyeneche, op. cit., n.º 123, pág. 226.

(145) Goyeneche, op. cit., n.º 124, pág. 226.

(146) Goyeneche, CpR, XV, págs. 372-373.

(147) Cf. cân. 1569; A Coronata, op. cit., I, n.º 656, pág. 869.

(148) Assim Goyeneche, op. cit., n.º 124, pág. 227. A Coronata, op. cit., ib., acha que deve ser comunicada.

(149) Verm.-Cr., op. cit., I, n.º 662; A Coronata, op. cit., I, n.º 657, pág. 869.

V — DA DEMISSÃO NOS CASOS EXTRAORDINÁRIOS E URGENTES

O Cân. 653 resolve os casos urgentes e extraordinários nos quais não há tempo para observar as formalidades expostas (150).

1. *A lei.* — “Em caso de grave escândalo exterior ou de gravíssimo prejuízo iminente para a comunidade, o religioso, despindo ato contínuo o hábito religioso, pode ser despedido imediatamente pelo Superior maior com o consentimento do seu Conselho ou até pelo Superior local com o consentimento do seu Conselho e do Ordinário local, se há perigo na demora e não há tempo de recorrer ao Superior maior, mas o assunto deve ser submetido sem demora ao juízo da S. Sé por meio do Ordinário ou do Superior maior, se estiver”. Tratando-se, porém, de um religioso de votos perpétuos, simples ou solenes, numa religião clerical isenta, determina o cân. 668: “No caso previsto no cân. 653, o religioso, despindo ato contínuo o hábito religioso, pode ser despedido imediatamente pelo Superior maior ou mesmo pelo Superior local com seu Conselho, se há perigo na demora e não há tempo de recorrer ao Superior maior; despedido, porém, o religioso, instaure-se imediatamente o processo, conforme as normas dos cânones precedentes, se ainda não tiver sido instaurado”.

2. *Os casos.* — São dois: a) o caso de um *grave escândalo exterior*. Há escândalo exterior, quando um grave delito de qualquer maneira está divulgado entre os seculares ou foi cometido em circunstâncias tais que se não pode impedir a sua divulgação (151). O escândalo é *grave*, quando em atenção à pessoa que o cometeu ou deu a causa se deve crer que tenha havido culpa grave. No entender de A Coronata (152), não se pode proceder à demissão, se é possível, p. ex. pela transferência do religioso para outra casa, anular ou abafar o grande escândalo.

b) O caso de *gravíssimo dano* que ameaça a comunidade. Requer-se: 1.º que se trate de um prejuízo *extraordinariamente grande*, como p. ex. a dissolução da comunidade pela autoridade civil, o tumulto do povo contra a comunidade, a possibilidade fundada de uma acusação criminal infamante que poderá recair sobre a comunidade, etc. Segundo uma decisão da comissão pontifícia para a interpretação do Código de 21 de dezembro de 1949, há também perigo de gravíssimo prejuízo quando o dano ameaça intrinsecamente a comunidade, continuando na religião um professo de votos perpétuos do qual consta ter cometido um dos delitos mencionados no cân. 2357, § 1 (153). 2.º que este grave prejuízo *ameace a comunidade como tal* e não apenas a um particular que há de sofrer as conseqüências

(150) Cf. *Normae* n.ºs 201 e 108; Decr. *Quam singulae*, n.ºs 21 e 17.

(151) A Coronata, *op. cit.*, I, n.º 652, pág. 860; Tabera, *CpR*, XIV, 1933, pág. 56.

(152) A Coronata, *op. cit.*, *ib.*

(153) São os delitos contra o sexto mandamento com menor, estupro, sodomia, incesto etc. A decisão não foi publicada mas comunicada aos superiores gerais. Tabera, *op. cit.*, n.º 431, pág. 563.

de seus atos; bastaria, no entanto, que fôsse o superior o ameaçado, por ser a cabeça da comunidade (154). 3.º que o dano seja *moralmente certo e inevitável*, não sòmente remoto ou provável. 4.º que *não haja possibilidade de evitá-lo* nem tempo para recorrer ao superior competente.

3. *Pessoas sujeitas*. — O Código compreende aqui todos os religiosos, homens e mulheres, tanto de direito pontifício como de direito diocesano, de votos solenes e simples, perpétuos e temporários e, finalmente, os membros de sociedades que vivem em comum sem votos (155).

4. *Superior competente*. — São competentes os superiores maiores e, subsidiariamente, os superiores locais, quando a urgência do caso não permite recorrer a êles (156). Portanto: *a*) o abade primaz, o abade superior de uma congregação monástica, segundo as constituições (cân. 501, § 3), o abade de um mosteiro independente, a abadessa de um mosteiro de monjas; *b*) o superior geral, provinciais e equiparados e seus respectivos vigários; *c*) o Ordinário do lugar nas religiões diocesanas.

5. *Forma*. — Em conformidade com a espécie de religião, os superiores devem observar certas normas particulares. Assim: *a*) nas *religiões clericais isentas*, tanto o superior maior, como o local, não podendo recorrer a êsse, devem ter o consentimento do seu conselho; *b*) nas *outras religiões de direito pontifício*, o superior maior precisa do consentimento do conselho, mas o superior local, além do consentimento do conselho, deve ainda obter o do Ordinário do lugar; *c*) nos *mosteiros de monjas*, a abadessa não pode agir sem o consentimento do seu conselho e do Ordinário do lugar, porque é simultaneamente considerada superiora maior e local (157).

Seguindo estas normas, os superiores podem mandar que o religioso deponha o hábito e volte para o mundo, mas não lhes assiste o direito de decretar a demissão, por se tratar de uma medida provisória. O assunto é definitivamente resolvido: *a*) nas *religiões clericais isentas* por processo formal perante o tribunal ordinário; *b*) nas *demais religiões pontificias* pela S. Sé a cujo juízo o superior maior ou o Ordinário do lugar, conforme os casos, deve submeter a matéria; *c*) nas *religiões diocesanas* pelo Ordinário do lugar a quem cabe dar o decreto definitivo.

VI — ESTADO JURÍDICO DOS RELIGIOSOS DEMITIDOS COM VOTOS PERPÉTUOS (158)

1. *Da situação comum a todos os demitidos com votos perpétuos*. — PRINCÍPIO: o professo perpétuo, demitido da religião, fica ligado pelos

(154) O que não é admitido por A Coronata, *op.cit.*, I, n.º 652, pág. 880.

(155) Tabera, *op.cit.*, n.º 432, pág. 583.

(156) Larraona, *CpR*, IV, 1923, pág. 39. Tabera, *op.cit.*, n.º 433, pág. 583.

(157) Tabera, *CpR*, XIV, 1933, pág. 58; Bastien, *op.cit.*, n.º 645.

(158) Tiramos êste ponto de Goyeneche, *op.cit.*, n.º 126 a 130, págs. 228 a 232.

votos religiosos, salvo as constituições ou os indultos apostólicos ordenando coisa diferente (cân. 669, § 1). a) Este princípio vale também para as religiosas (cân. 490), sendo aplicado tanto às religiões de direito pontifício como às de direito diocesano e ainda às sociedades com vida comum, suposto que tenham um vínculo perpétuo com a sociedade (cân. 681). b) Conseqüentemente, o religioso demitido deveria se submeter às obrigações correspondentes ao estado religioso, enquanto compatíveis com o novo estado, para que não tirasse proveito da demissão que lhe é infligida como penas pelos delitos. É entretanto opinião bastante comum no direito antigo, que exime os expulsos e demitidos das obrigações independentes dos votos comuns e ainda da obrigação de outros votos que por acaso tenha emitido na religião. c) Podem, portanto, os superiores impôr-lhes preceitos, convidá-los a retornarem se quiserem. A religião fica com os bens adquiridos pelo demitido, quando se tratar de um religioso com votos solenes, tendo, igualmente, o direito às coisas que o religioso com votos simples por sua indústria adquiriu (cân. 580, § 2). O uso dessas coisas é, tácitamente, concedido ao demitido. Este, pelo contrário, nada pode exigir da religião da qual foi separado, excetuando o dote quando se tratar de uma religiosa que por qualquer motivo sai da religião, nem pode exercer direito algum na religião; à religiosa, porém, compete o subsídio do cân. 643, § 2 (cân. 652, § 3) e ao religioso, o subsídio caritativo segundo o cân. 671, 5.º, 6.º, como explicaremos.

2. *Da condição especial do clérigo demitido com ordens menores.* — O clérigo demitido com ordens menores é "ipso facto" reduzido ao estado leigo (cân. 669, § 2); eis por que não pode usar o hábito eclesiástico, perdendo, outrossim, os direitos e privilégios clericais (cân. 123). Segue-se daí que não mais está obrigado à recitação do officio divino, embora tenha sido aluno de uma religião com obrigação de cântico. Retornando para a religião, parece, "ipso facto", reintegrado no estado clerical (cân. 212, parágrafo primeiro).

3. *Da condição dos demitidos com ordens sacras, devido a delitos qualificados.* — Os demitidos quer pelo mesmo direito, por causa dos delitos referidos no cân. 646, quer "ab homine" por causa dos delitos que pelo direito comum são punidos com a infâmia *juris*, com deposição ou degradação, o religioso "in sacris" fica proibido para todo e sempre de andar de hábito eclesiástico (cân. 670), perdendo também, conseqüentemente, os direitos e privilégios clericais (cân. 2304, § 2). Tal religioso está tácitamente suspenso, não somente em força da *irregularidade* contida na infâmia *juris* (cân. 984, 5.º) e em virtude da *degradação* que elimina do estado clerical, mas também pela *privação perpétua do hábito* que é mais grave do que a deposição, porque acarreta a privação dos direitos e privilégios clericais e a redução real ao estado laical. Também os delitos relatados no cân. 646 importam na suspensão, quer na suspensão explícita, como p.ex. pela fuga com uma mulher (cân. 2386), quer na suspensão

implícita através da irregularidade, como na apostasia e a tentativa ou a realização de matrimônio (cân. 985, 1.º, 3.º).

4. *Da condição dos demitidos "in sacris" devido aos delitos comuns.* — O clérigo "in sacris", demitido por causa de outros delitos comuns ou menores do que aquêles de que falamos no número precedente, — 1.º está "ipso facto" suspenso até que tenha obtido a absolvição pela S. Sé (cân. 671, 1.º). Trata-se, portanto, de uma censura verdadeira, segundo o direito, ou aliás de uma pena *medicinal* que sòmente pela absolvição, reservada à S. Sé, pode ser afastada e que priva o demitido do exercício da ordem sacra. — 2.º a Sagrada Congregação dos Religiosos mandará ao demitido, se o julgar conveniente, que, vestindo o hábito do clero secular, resida em certa diocese, sendo ao Ordinário comunicadas as causas da demissão (ib., § 2). — 3.º se o demitido não obedecer a tal preceito, a religião não terá mais obrigação a seu respeito, sendo o demitido, "ipso facto", privado do direito de usar o hábito eclesiástico (ib., 3.º). — 4.c o Ordinário da diocese que lhe foi determinada mande o religioso a *uma casa de penitência* ou o entregue ao cuidado e vigilância de um sacerdote piedoso e prudente; caso não obedeça, a religião suspenda o subsídio caritativo, e o religioso demitido como desobediente esteja proibido de andar de hábito clerical (ib., 4.º). — 5.º a religião envia pelas mãos do Ordinário do lugar de sua residência ao demitido o *subsídio caritativo* para o seu sustento, i.e, relativamente à comida, ao teto e ao vestuário, a não ser que êle tenha donde possa viver, como por exemplo do exercício do ministério, dos bens próprios, da pensão necessária por parte da família, etc. (ib., 5.c). A quantidade de subsídio não é determinada pelo direito. O superior, ponderando tudo, a defina com o demitido; não chegando a um acôrdo, o Ordinário decida o negócio à semelhança do caso contemplado no cân. 643. — 6.º se o demitido não levar uma vida consentânea a um eclesiástico, seja, segundo o juízo do Ordinário, decorrido um ano ou antes, privado do subsídio caritativo, demitido da casa de penitência e seja-lhe tirado o direito de andar de hábito eclesiástico; o Ordinário remeta, "incontinenti", um relatório à S. Sé e à religião (ib., 6.º). — 7.º se o demitido, porém, tiver levado durante êsse tempo uma vida regular, de modo a ser considerado arrependido e corrigido verdadeiramente, o Ordinário remeta a sua petição à S. Sé, para a absolvição da censura de suspensão, concedendo-lhe, depois de obtida a absolvição, dentro dos limites e cautelas oportunas, a celebração da S. Missa e, segundo o seu prudente arbítrio e juízo, qualquer outro ministério sagrado, em virtude do qual possa viver honestamente; neste caso pode a religião suspender o subsídio caritativo. Se se tratar de um diácono ou subdiácono, é preciso levar o fato ou o caso ao conhecimento da S. Sé (ib., 7.º).

5. *Da obrigação de voltar à religião.* — O demitido ainda ligado pelos votos à religião deve voltar ao claustro; e havendo dado, por um triênio, sinais certos e provas de emenda completa, a religião deve recebê-lo; exis-

tindo graves causas contra, quer por parte da religião, quer por parte do religioso, deve tudo ser submetido ao juízo da S. Sé (cân. 672, § 1). Se, porém, os votos tiverem cessado e o demitido tiver encontrado um bispo benévolo, fica sob a jurisdição e vigilância especial do mesmo, observada a prescrição do cân. 642; caso contrário, tudo tem que ser encaminhado à S. Sé (ib., § 2).

Quanto ao cân. 642, convém notar: a) que êle não afeta muito provavelmente senão *aos ordenados "in sacris"*; pode ser demonstrado isso tanto pela posição do cânon, como também pelo contexto; quanto ao último, temos o mesmo sujeito de que fala o 1.º e 2.º parágrafos.

b) Certo é que não afeta aos religiosos demitidos: "ipso facto", de acôrdo com o cân. 464; podemos juntar-lhes, provavelmente, os que no direito são punidos com a infâmia *juris*, a deposição e a degradação, como o temos, mais ou menos, no cân. 670.

c) A religião pode, sem a isso estar obrigada, receber antes do triênio os demitidos "in sacris" *devido a* delitos comuns, no caso que se tenham emendado. Ademais, se a religião tiver razões especiais contrárias à recepção dos que devia receber, submeta tudo à S. Sé.

d) Finalmente, os demitidos que voltam não precisam fazer um nôvo noviciado nem emitir uma nova profissão. Relativamente às prerrogativas que antes tiveram, como p.ex quanto à precedência, voz etc., prevalecem as constituições. Hoje não se impõem sanções ou limitações especiais.

* * *

A caridade prefere a simplicidade da pomba à desconfiança da serpente... A caridade é aberta para todo o bem, de qualquer parte que seja: ela sabe e quer em humildade aprender de todos, sempre confiante no Senhor e naquela parcela de bondade que sabe encontrar no coração dos mais afastados dela. O seu zelo não queima, não rompe, é discreto, e "secundum scientiam" porque conhece o limite e a fraqueza humana e a sabe compreender; sabe que é muito difícil encontrar pessoas sem defeitos.

Sintamos, ó irmãos, o grito angustiante de tantos outros irmãos nossos que sofrem e desejam Cristo; vamos ao seu encontro como bons samaritanos; sirvamos a verdade, a Igreja, a Pátria, na caridade!

(Dos escritos de Dom Orione).

Sociologia Religiosa

Alguns Aspectos Sócio-Religiosos do Desenvolvimento Mundial nos Próximos Decênios

Anotações à cartografia para o Congresso "Pro Mundi Vita"
realizado em Essen, Alemanha, setembro de 1963

C. THOEN

(Continuação do número anterior)

III — O bem-estar cultural

Em toda ajuda material aos países em desenvolvimento faltam os efeitos essenciais, quando não aumentam o conhecimento e a capacidade da população em relação com a produção agrária e industrial. Via de regra, pode dizer-se que a necessidade da mão-de-obra especializada em todos os níveis pode expressar-se em tarefas racionais, quando o progresso econômico haja se iniciado. As condições requeridas para a realização dessas tarefas são: a presença do professorado e da acomodação escolar necessários e uma atitude da população apropriada para as mesmas tarefas. Considerando estas condições, podemos de forma global constatar o seguinte. O crescimento particularmente rápido dos grupos de idade juvenil coloca a preparação do corpo docente, em numerosos países (também ocidentais), perante dificuldades enormes. Do ponto de vista da edificação da Igreja, à formação de um corpo docente católico deve reconhecer-se um significado muito importante. Desistindo das questões de acomodação e de equipe (que de certo modo tem normas menos severas), a atitude da população referente à educação merece toda nossa atenção. O perigo não está na reação da população contra a educação. Mas pode notar-se, sim, cada vez mais, uma certa "sêde" de educação. No tocante à educação secundária, muitíssimas vezes a educação secundária geral é preferida à educação profissional.

A educação secundária geral significa nos estados nacionais jovens o caminho para a carreira administrativa e política. Porém, do que necessita a sociedade é de rurais jovens progressistas com uma nova preparação, forças trabalhadoras treinadas para o desenvolvimento da profissão e da indústria que corresponde à base agrária, e estes procedem unicamente da educação profissional. A população autóctone não pode imaginar-se que a prosperidade dos países ocidentais em grande parte descansa no conhecimento profissional de uma parte muito grande da população. Nenhum engenheiro pode de forma produtiva atualizar sua potencialidade quando não haja por detrás dele, nos níveis intermédios e detrás destes nos níveis executivos, dezenas e às vezes centenas de trabalhadores tènicamente formados.

Encontramo-nos na impossibilidade de dar para os países nos diversos continentes uma imagem cartográfica unívoca de sua situação no campo da educação, de sua saúde cultural segundo os critérios educacionais mais ou menos reconhecidos. Queremos unicamente anotar o seguinte:

Em numerosos países não ocidentais, uma parte grande muitas vezes considerável da população maior de 15 anos é analfabeta. Enquanto uma grande parte desta população analfabeta tem no entanto que participar ativamente no desenvolvimento político, social, cultural e econômico, e ficar em comunicação com a população jovem mais formalmente educada, o desenvolvimento da educação de adultos nos programas de erradicação do analfabetismo se impõe rigidamente. A erradicação do analfabetismo tem sentido unicamente quando fôr acompanhada das orientações que estimulam a população para manejar este novo meio de comunicação de forma criadora. Em colaboração com o governo nacional, a UNESCO desenvolve em vários países grandes projetos para lutar contra o analfabetismo. Para já devem realizar-se neste campo tarefas importantes. As cifras relacionadas com a situação por volta de 1960 indicam que o analfabetismo nos países ocidentais altamente desenvolvidos já não é mais que um fenómeno muito marginal de 2 a 3% da população. No sul e este da Europa encontramos já percentagens de 20 a 30%, enquanto nestes países existem por região percentagens muito mais altas (compare-se a diferença entre o norte e o sul da Itália ou Sicília). Na América Latina as percentagens são notoriamente mais altas: Haiti 89,5%, Guatemala 70,6%, Bolívia 67,9%, El Salvador 60,6%, Colômbia pelo menos 50% e o Brasil 50,6%. Para a Africa pode se dizer que o analfabetismo da população adulta é praticamente completo. Em 20 países africanos a percentagem vai além de 90% e, em muitos casos, acima de 95. Percentagens mais favoráveis encontramos-las em Basutolândia (45-50%), Betsshuanalân-

dia (75 a 80), Ghana (75), Congo (60), Kênia (75), etc. Especialmente altas são as cifras para as regiões islamitas (Egito 80%, Argélia 82%, Tunísia 85% e Marrocos também 85%). Ainda que as percentagens diminuam pouco a pouco pela participação crescente das crianças em educação primária, todavia por muito tempo a educação de adultos permanecerá em toda a Africa como tarefa sumamente importante. Em certas zonas que foram evangelizadas mais extensivamente, a população católica mostra uma percentagem mais favorável que a população pagã. Contudo, isto traz consigo a tarefa de oferecer a leitura educativa e formativa à população alfabetada.

Mas, em geral, pode se dizer que, falando em termos de evangelização e sobretudo em termos de edificação eclesiástica, a educação de adultos entre as gerações católicas de mais idade é uma tarefa sumamente fecunda, para a qual infelizmente faltam as possibilidades na maioria dos casos. O mesmo vale, "mutatis mutandis", para as regiões de missão na Ásia, onde os países grandes como a Índia, Paquistão e Indonésia apresentam todavia percentagens entre 80 e 90, onde porém a população católica, culturalmente falando, às vêzes (ou seja, em certos grupos), tem condições notoriamente mais favoráveis no sistema educativo missionário. Lamentavelmente não temos quase nenhum dado a este respeito.

A esperança dos países não ocidentais está dirigida para a possibilidade de fazer participar uma parte cada vez maior da população no *ensino primário e secundário*. Quanto ao ensino primário, podemos ser breves e constatar que esta educação de base se encontra em desenvolvimento em todas as partes. A questão é, se dado o crescimento enorme da população, estão disponíveis suficientes professores nos próximos decênios. Mais especialmente chama a atenção quanto ao ensino secundário. Nisto devemos antes de tudo constatar que a estatística escolar mostra muitíssimas falhas, quando queremos obter uma imagem da distribuição de alunos masculinos e femininos sobre os vários tipos de educação secundária (geral, profissional etc.). Se queremos obter uma imagem mundial total, dispunhamos unicamente de uma cifra que expresse pelo país o total de alunos no ensino secundário por mil da população. Selecionando mais ou menos arbitrariamente, temos uma imagem comparativa: Canadá 48, Estados Unidos 48, Bélgica 46, Países Baixos 64, Suécia 51, etc. (Uma parte das diferenças dentre o Ocidente podem explicar-se naturalmente pelas diferenças na composição de idades). América Latina: Brasil 15,4, Bolívia 11,8, Colômbia 14,2, Peru 14,8, Argentina 20,3, etc. Africa: quase todos os países mostram cifras abaixo de 10. Ásia: Indonésia 10,1, Paquistão 14,6, Filipinas 24,6, Índia 33, etc.

A problemática vital da educação na maioria dos países não está, em primeiro lugar, no aumentar por todos os meios a participação total no ensino secundário. O problema primordial é: fomentar a educação profissional, agrária e técnica. Motivos irracionais, contudo, impelem os alunos masculinos para os tipos de educação secundária geral. São estas as escolas que oferecem possibilidades para funções de "white-collar", para carreiras na esfera política e administrativa. São escolas que servem ao prestígio.

Por esta razão, a demanda de professores para a missão merece unicamente a atenção urgente quando os auxiliares potenciais puderem dispor de informações amplas referentes à situação total da educação; quando puder claramente provar-se que é o que um desenvolvimento em um ou mais ramos da educação concretamente pode significar para a Igreja em um contexto pequeno e grande.

Estudando contudo à luz do enorme crescimento da população a necessidade de um corpo docente autóctone, vemos os povos na América Latina e também na África e Ásia ante problemas gigantescos. Não podemos fazer coisa melhor que formar e preparar professores, professores cristãos em primeiro lugar. Os professores são em todo o mundo de muito valor, e sua influência é sumamente grande. O elemento do professor católico tem um papel muito importante na edificação social da Igreja num país. Devemos, por isso, dispor de muitos mais dados educacionais que no caso atual. E, à luz de uma compreensão mais clara, temos que atrever-nos também a tirar conclusões mais inclementes para o planejamento. Muitos Religiosos estão relativamente concentrados em funções educativas em zonas que não estão relacionadas realmente com a edificação da Igreja (por exemplo no Moghreb).

AS POPULAÇÕES CATÓLICAS, EM NÚMERO E PERCENTAGENS

É sumamente difícil dar uma tipologia sócio-eclesiástica sistemática dos grupos demográficos católicos nas várias partes do mundo. Em geral pode dizer-se que as cifras da população católica se referem aos católicos batizados. Mas por trás deste termo unívoco ocultam-se numerosas variações a respeito da vitalidade sócio-eclesiástica. Há regiões onde um número relativamente importante de católicos já não participam nos atos religiosos, ainda que tenham uma oportunidade ótima quanto à acomodação. Existem também regiões onde os católicos, por falta de sacerdotes e de acomodação eclesiástica adaptada, não podem desenvolver quase nenhuma vida sócio-eclesiástica e não têm ou quase não têm

nenhuma noção de catolicidade. Em alguns países da América Latina dispõe-se de cifras referentes aos matrimônios católicos, a confirmação, a primeira comunhão, a prática dominical e pascal, que se estimam por índices muito baixos. Além disso estas cifras, enquanto são cifras nacionais, não revelam as enormes variações regionais (diocesanas) nem a variação segundo grupos sociais e portanto raciais. Para vários países ocidentais dispomos de cifras mais matizadas, mas a comparação delas é outrossim muito difícil e requer muitíssima prudência. Não queremos neste resumo entrar no terreno da estatística religiosa comparativa, por compreensivo que seja para o estudo dos problemas sócio-eclesiásticos. Os católicos têm muitas vezes a tendência a dar uma atenção parcial às cifras que se referem à população católica. Em países de religião mista, por exemplo em regiões com uma população protestante relativamente importante, os dados referentes a denominações não-católicas são de suma importância para o estudo das funções que nascem da responsabilidade cristã da Igreja na sociedade nacional. Nos países preponderantemente católicos, 5 a 10% de não-católicos podem apresentar toda espécie de variações religiosas e ideológicas, o que pode significar, no sentido qualitativo, um perigo notoriamente maior do que indica sua quantidade. É o que acontece sobretudo quando a minoria se concentra em centros vitais e está selecionada positivamente em seu aspecto sócio-cultural. Em países não-cristãos muitas vezes se identifica sem espírito de crítica a população com a religião historicamente dada. O estatístico católico Naidenoff indicou, há alguns anos já, que na África surge um vazio provocado pelo esvaziamento da consciência religiosa primitiva. Poderíamos provar abundantemente que é perigoso formular problemáticas sócio-religiosas com base em cifras muito globais sobre fenômenos não claramente determinados de índole religiosa. Pode-se ser levado a formar numerosas perguntas, fomentar e conseguir as informações que são estritamente necessárias quando se quer chegar a uma problemática relevante.

Pode-se ainda pensar que durante os últimos séculos a participação dos católicos na população mundial tem diminuído pouco a pouco. Provavelmente esta tendência irá continuar. Contudo, um fenômeno muito compensante é o crescimento da participação dos católicos latino-americanos na população mundial católica, que dentro de dois decênios estará acima de 40%. Há, porém, quem conheça a América Latina e que opine que se deve ter em conta para o futuro uma possibilidade real de um retrocesso muito importante na posição quantitativa da Igreja na América Latina. Não estamos convencidos de que o número de batismos diminuirá de forma relativamente significativa. Por outro lado, em outros aspectos a vitalidade sócio-religiosa da população em conjunto

pode vir a debilitar-se, embora para certos grupos da população possa mostrar um desenvolvimento positivo que compreende uma promessa para o futuro da Igreja. Quando queremos prognosticar com sentido a posição da igreja na América Latina, devemos poder contestar duas perguntas. A primeira pergunta está relacionada com a utilização ótima dos meios para a realização dessas tarefas. À luz destas respostas, poderão formular-se as expectativas a respeito da força, da vitalidade, com a qual a igreja estará equipada num futuro incerto e talvez sumamente crítico. Pois a constelação total, na qual a Igreja exercera sua obra salvadora de alguns decênios, é desconhecida em grande parte.

Considerações análogas poderiam fazer-se com respeito à posição futura da igreja nos países asiáticos e americanos. Relativamente falando, a posição da Igreja nos grandes países asiáticos é muito marginal, se usarmos unicamente um critério quantitativo. Talvez seja prudente ter em conta que num futuro próximo a posição quantitativa da Igreja apenas venha a melhorar. Para um grupo religioso é um fato importante, quando dentro de um período calculável, por exemplo dentro de uma geração, que ela saiba aumentar sua posição relativa de 1 para 2%. Mas o que significa isto para a sociedade total depende dos aspectos qualitativos que são próprios do crescimento. Quando a Igreja num país asiático todavia não puder crescer em percentagem mas crescer em força interior, quando se purificar de antagonismos sociais e outros que dividam o povo, quando puder chegar a um diálogo com os representantes dos valores religiosos e culturais mais autênticos desse povo e se tornar portadora dos ideais que expressem o enriquecimento essencial desse povo, então a posição da Igreja será sã e prometedora para o futuro. Uma Igreja pequena pode pregar de forma grandiosa. Uma Igreja grande pode mostrar uma imagem de um mundo passado. E ainda possível que uma Igreja pequena entre um povo preserve de uma decadência a religiosidade não-cristã. Este fenômeno pode ter um grande significado num mundo que está ameaçado por um mito ateu.

Na África a posição da Igreja no plano nacional está caracterizada por uma variedade especial. Já que os estados autóctones vão formando por toda parte vasto panorama, dentro do qual o desenvolvimento eclesiástico se realiza, necessitamos mais que nunca de estudos monográficos profundos sobre a posição da Igreja nos países jovens. Daí a consequência: uma série contínua de informações, que devem matizar realisticamente a imagem sócio-religiosa obtida. Temos que partir, pois, do fato de que os países jovens em princípio todavia, por muito tempo, estarão caracterizados por um certo grau de instabilidade, que evoca continuamente fatores inesperados de índole tanto positiva como negativa. A

Igreja de cada povo africano tem dentro do contexto do desenvolvimento total nacional seu próprio complexo sócio-eclesiástico. Dentro deste complexo devem ser colocadas com sentido tôdas as "inversões" eclesiásticas. Ao determinar o que tem sentido, deverá cumprir uma função muito importante: a aproximação empírica da realidade. Mas, neste campo, temos que falar de um atraso muito grande.

A Igreja na África tem ocupado um lugar quantitativamente importante. Nas regiões que estão aos cuidados da Propaganda Fide, os católicos já constituíram, em meados de 1957, 12,4% da população total. Na África Central, contudo, esta percentagem foi de 34% e na África Oriental 18% (estão incluídos em tôdas as percentagens os catecúmenos). O que êste fato significa pode evidenciar-se do seguinte. Entre 1901 e 1957 o número de católicos na Ásia do Sul aumentou de 1 700 000 para 5 200 000; no mesmo período vemos aumentar o número de católicos na África de... 514 000 para 17 700 000! A posição da Igreja no continente que se está emancipando é um dos fenômenos sócio-eclesiásticos que mais esperança oferece na terra.

Mas quando nos perguntamos em que medida se continua a propagação missionária, tão destacada no caso da África, encontramos face a grandes inseguranças. Vemos já estas inseguranças, quando formulamos os problemas da Igreja na África em termos de consolidação, em cujo continente excluimos por isso a pergunta de um crescimento ulterior. Estas perguntas se nos tornam mais claras se dispensarmos primeiro uma breve reflexão aos problemas do "man-power" eclesiástico. Depois trataremos de dar uma vista geral sôbre as expectativas a respeito da posição da Igreja nos decênios que nos oferece êste século e que muitos dos que vivem agora irão experimentar.

"MAN-POWER" ECLESIASTICO

No "man-power" eclesiástico, no sentido estrito da palavra, incluímos os sacerdotes (diocesanos e religiosos), como também os Religiosos de ambos os sexos. Num sentido mais amplo pertencem ao "man-power" eclesiástico os catequistas, membros da Ação Católica, que de algum modo trabalham ao serviço da pastoral e do apostolado. Os membros dos institutos seculares ocupam uma posição intermédia neste aspecto. Limitamo-nos aqui principalmente ao problema de pessoal eclesiástico no sentido mais estrito.

Uma das indicações mais importantes para a vitalidade sócio-eclesiástica está na cifra que expressa a relação entre o número de sacerdotes e o volume da população católica (por exemplo o número de sacerdotes por 0/000 da população católica). Naturalmente, o número de sacerdotes em si não diz nada do trabalho

eclesiástico que exercem. A carência de sacerdotes na pastoral comum e corrente pode ser acompanhada de uma abundância relativa de sacerdotes na vida monástica. Os sacerdotes podem ter também funções cujo significado pastoral e apostólico não é claro ou deixou de sê-lo. Ainda em certas regiões ocidentais, onde o trabalho eclesiástico apresenta um caráter muito organizado, é difícil obter uma imagem exata do trabalho sacerdotal em termos de análise de funções (no sentido da "organização de empresa"). Para uma primeira aproximação comparativa internacional temos de conformar-nos com o uso das cifras disponíveis.

De quantos sacerdotes necessita um povo, não pode determinar-se em sua generalidade, ainda que o limite do mínimo se possa estabelecer. Se o sacerdote deve estar "disponível" e permitir que os fiéis participem nos atos eclesiásticos mais ou menos obrigatórios, então o número de fiéis pode ser de alguns milhares quando muito. Uma vitalidade sócio-eclesiástica muito alta dará ao número de fiéis uma elasticidade para cima. Mas não de forma permanente. Quando os contatos entre sacerdotes e fiéis se tornam menos freqüentes, irá debilitando-se, via de regra, a vitalidade sócio-eclesiástica e aumentará de novo a necessidade objetiva de sacerdotes.

Em primeiro lugar podem considerar-se normativas as cifras mais altas que existem. Vendo as cifras com relação a alguns países europeus (Holanda, Bélgica, França, Suíça e Irlanda com 20, 17,9, 11,6, 22,7 e 18,1 sacerdotes por mil da população católica), parecem extremamente altas em comparação com as cifras da América Latina e África: Brasil 1,3, Bolívia 1,9, Colômbia 2,6, Chile 3,5, México 1,9, Guatemala 0,7, etc.; e Ghana 3,1, Camarão 5,5, Kênia 5,3, Congo 5,6, Nigéria 4,3, Ruanda-Urundi 2,4, etc. A luz desta comparação sumamente global, poder-se-ia concluir que os países europeus mencionados têm uma "abundância" relativa de sacerdotes. Contudo esta conclusão é muito relativa pelos seguintes fatos. A função missionária sumamente importante dos países europeus referidos depende provavelmente, em alto grau, do sistema pastoral desses países. Além disso, em alguns países europeus o volume numérico do "man-power" sacerdotal está limitado e o "sacrifício" de sacerdotes, que teoricamente poderiam fazer, melhoraria relativamente só muito pouco a situação num certo número de regiões latino-americanas ou africanas. Mas, se bem nos parece, admitir que da reserva total de sacerdotes na Europa e na América do Norte poderia oferecer-se às regiões que se encontram mais em perigo uma ajuda potente, isso é dizer mais do que já se faz neste sentido. Contudo, fazemos notar que uma entrada relativamente numerosa de sacerdotes europeus e norteamericanos em países latino-americanos pode acarretar muitas tensões e ser disfuncional.

Olhando para certos países africanos, perguntamo-nos em que medida poderia prevenir-se uma situação igual à da América Latina. Na medida em que o apostolado missionário fôr mais fecundo (expresso no crescimento relativo do número de cristãos), aí os encargos de apostolado, da pastoral "consolidante", se tornam mais pesados. Aqui surge a ameaça da conhecida "asfixia" da missão. A América Latina apresenta em sua história exemplos evidentes de uma cristianização que se fixou numa fase muito primária. Mas em nosso mundo tão dinâmico, também na África, o perigo de uma cristianização meramente rudimentar é muito maior do que o foi no passado. Outro fator incerto é a dependência todavia extremamente alta de missionários ocidentais. Incerto chamamos a êste fator, porque ninguém sabe até quando os missionários possam exercer seu trabalho; sobretudo ainda porque ninguém pode prever até quando as Igrejas com um caráter insuficientemente autóctone possam cumprir sua função de apostolado nos países jovens e conscientes do que é nacional.

Por razões que aqui podem ficar fora de consideração — ainda que em certo sentido poderiam dar oportunidade a uma reflexão crítica — um clero negro em volume apreciável apareceu tarde. Tomando provisoriamente como normativa a situação na Uganda e Ruanda-Urundi (respectivamente 34,9 e 32% de sacerdotes nascidos na África), a percentagem para o Congo (14%) dá lugar a uma grande inquietação. E para o Kênia, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Nigéria as percentagens são respectivamente 8,5, 8,5 e 6,6%. Uma primeira análise da situação nos seminários no Congo faz também olhar o futuro próximo com uma preocupação crescente. De tudo isso se pode concluir que a África, em muitas regiões, ainda por longo tempo, necessitará de sacerdotes do Ocidente. Sem tomar em conta a pergunta — se esta possibilidade continuará — tal ajuda missionária não muda em nada a vulnerabilidade da Igreja enquanto não existir um substrato autóctone suficiente em seu clero.

Os problemas que surgem aqui devem ser considerados à luz dos dados sobre o *pessoal missionário religioso*. Podemos abster-nos de considerar as funções apostólicas e pastorais preciosísimas das várias tarefas que cabem aos Religiosos e Religiosas nos países de missão e em países que, como os da América Latina, necessitam de uma ajuda eclesiástica vital.

IRMÃOS E IRMÃS NOS PAÍSES RECÊM OU DÊBILMENTE CRISTIANIZADOS

Expressando o número de Religiosas em seu número por 0/000 da população católica, obtemos, em certos países ocidentais, cifras que são notoriamente mais altas que as dos sacerdotes: Holanda

72, Bélgica 53,2, Irlanda 42,9 e Suíça 44. Importantes são também as cifras da Itália e da França: respectivamente 28,2 e 28,1. Entre ambos os grupos está a Alemanha com 33,1. Tenha-se em conta que para países grandes se trata de números altos. O número de Religiosas na Itália, França e Alemanha é respectivamente de 135 000, 120 000 e 90 000. As cifras para o Canadá e Estados Unidos são respectivamente de 74,5 e 41,2. O número de Religiosas em ambos os países é respectivamente de 52 000 e 165 000. Anotamos que nessas cifras muitas vezes estão incluídas as Religiosas missionárias que trabalham fora de seu país.

Analisando as cifras dos países africanos, impressionam-nos por um lado os números significativos de Religiosas em certas regiões, mas por outro há também países onde o número de Religiosas em comparação com o dos sacerdotes não é muito bom.

	<i>Número de Sacerdotes</i>	<i>Número de Religiosas</i>
Congo	2 569	3 588
Kênia	365	682
Ruanda-Urundi	492	641
Uganda	574	1 089

Estas são relações favoráveis em comparação com as seguintes:

	<i>Número de Sacerdotes</i>	<i>Número de Religiosas</i>
Nigéria	570	361
Ghana	217	172
Costa do Marfim	186	152
Camaráo	447	450
Mali	99	65
Rodésia do Norte	284	196

Cifras de pessoal especialmente altas encontramos-as nos países islamitas, por razões óbvias. Muitas vezes não existe nenhum motivo urgente para a expansão do número de sacerdotes e menos ainda naquelas partes onde a pastoral para os europeus desapareceu em grande parte, mas onde entre a população local as Religiosas oferecem o dom da caridade através do ensino, assistência médica, etc.

	<i>Número de Sacerdotes</i>	<i>Número de Religiosas</i>
Argélia	742	1 372
Marrocos	328	817
Tunísia	179	547

Antes de comparar estas cifras com os números de Religiosas nos países ocidentais é necessário fazer notar que as cifras totais mencionadas também se referem às Religiosas autóctones. Não dispomos, para todos os países de missão, das cifras de Irmãs não ocidentais. Do material disponível escolhemos alguns exemplos:

	<i>Irmãs autóctones</i>	<i>Irmãs estrangeiras</i>
Basutolândia	340	195
Dahomen	76	118
Costa do Marfim	3	149
Camarão	157	313
Congo	707	2 607
Ruanda-Urundi	365	276
Senegal	77	212

Se pudessemos determinar com precisão o número de Irmãs africanas, surgiria seguramente a pergunta se os países ocidentais não poderiam ceder mais Religiosas à missão na África. Para dar uma resposta, deveríamos dispor de uma multiplicidade de dados sobre as Religiosas nos países ocidentais. Dados sobre distribuição de idades, nível de educação, funções, recrutamento etc. Onde o recrutamento é difícil e a seleção não é favorável, pode ser que as Congregações missionárias tenham de esforçar-se muito para poderem recolocar adequadamente as Irmãs que trabalham nas missões. Para a Holanda dispomos de alguns dados.

No dia 1 de janeiro de 1960, sobre um total de umas 32 000 Religiosas, pertencentes a Congregações na Holanda, 2 739 de entre elas (ativas) trabalhavam em outras partes do mundo. Neste país havia em 1953, sobre 26 000 Irmãs contadas, no ensino 8 400 (31,5%), na assistência médica 4 000 (11%), no cuidado de grupos problemáticos 1 300 (5%), no cuidado da velhice 2 600 (10%), e 6 000 no serviço doméstico, quase exclusivamente nas próprias comunidades. Destas cifras não podemos tirar conclusões sem ter em conta que entre 1953 e 1960 se manifestou uma clara evolução nas funções das Religiosas, que para certas Congregações pode falar-se de um envelhecimento notório e que o ímpeto missionário contudo cresce. Além disso importa notar que a vitalidade sócio-eclésiástica dos leigos depende, entre outras coisas, do fato de que as Religiosas podem ceder aos leigos cada vez mais funções no campo da educação, do cuidado dos enfermos, etc.; sem tomar em conta os problemas de recrutamento que por exemplo acompanha o abandono da função educativa.

É de suma importância obter uma informação, a mais completa possível, das funções eclesiásticas de Religiosas em países oci-

dentais. Oculta-se aqui, porém, uma potencialidade missionária importante. Esta deve ser determinada com mais exatidão, país por país, não só no sentido quantitativo mas também e sobretudo no qualitativo. Opinamos que nos países ocidentais as Ordens e Congregações de Religiosas devem chegar conjuntamente a um balanço e investigações de funções, se a Igreja quiser poder formar para si mesma uma idéia clara do que significam as Religiosas no momento atual e o que podem significar no futuro próximo.

Parece-nos supérfluo fazer notar aqui as possibilidades enormes que se oferecem às Religiosas para a ajuda à Igreja na América Latina. Na maioria dos países latino-americanos a cifra de pessoal das Religiosas é exorbitantemente baixa. Cremos que aqui a necessidade de Religiosas é imensa em todos os campos e para uma multidão de tarefas sócio-religiosas. Mesmo só ao serviço da emancipação da mulher, no sentido alto e nobre que podemos dar-lhe. E sem a qual os problemas vitais da América Latina são indissolúveis.

"Mutatis mutandis", o que temos dito das Religiosas vale também para os *Religiosos* (não sacerdotes).

Devemos, contudo, ter em conta primeiramente o fato de que a cifra por 0/000 dos Religiosos é notoriamente mais baixa que a das Religiosas. Veja-se o seguinte: (cifras que incluem lamentavelmente os Irmãos de Ordens e Congregações sacerdotais).

(Por 0/000 da população católica)

	<i>Religiosos</i>	<i>Religiosas</i>
Holanda	19,7	72,0
Canadá	17,4	74,5
Estados Unidos	2,4	41,2

Para a América Latina:

Brasil	1,2	3,7
Bolívia	0,3	2,8
Colômbia	1,9	8,8
Chile	2,5	7,1
México	0,6	5,9

Para a África:

Ghana	0,9	2,4
Guiné	4,3	24,3
Congo	5,8	7,8
Kênia	3,2	10,0
Niassalândia	1,5	6,4
Senegal	2,5	17,7

<i>Para a Ásia:</i>	<i>Religiosos</i>	<i>Religiosas</i>
Filipinas	3,8	20,8
Índia	0,6	32,5
Indonésia	1,0	9,1
Paquistão	0,1	14,5

O número de Irmãos autóctones na África é pequeno em bastantes países, com exceção do Congo, onde entre 2 564 Religiosos 2 130 são de origem africana. Estamos todos de acôrdo que os Religiosos constituem uma reserva indispensável para muitas, talvez para a maioria, das funções sócio-eclesiásticas. Sobretudo quando vão orientar sua formação e preparação totalmente para estas funções. Em nossa opinião êstes Religiosos (tratamos aqui exclusivamente de membros de Congregações de Irmãos!) são de muitíssimo valor. Sobretudo na medida em que possam encarregar-se de funçõs importantes dos sacerdotes, também dos mais qualificados (por exemplo, professor de Seminários, etc.).

Estamos ainda convencidos de que um impulso missionário mais forte nas Congregações de Irmãos mostrará um efeito reformador forte e revelará possibilidades totalmente novas, quantitativas e qualitativas, de recrutamento. Há uma grande necessidade do tipo religioso em tôdas as esferas da atividade humana. Especialmente naquelas atividades que estão orientadas para o alívio dos misteres mais profundos: físicos, psicológicos, culturais e especialmente religiosos.

A luz do crescimento demográfico, que vai ser nos próximos decênios explosivo na América Latina mas também penoso na África e na Ásia, pode concluir-se que haverá uma imensa prova de força para os Sacerdotes, Religiosos e leigos que estão ao serviço da edificação da Igreja, em qualquer parte do mundo. Parece-nos que muito poucos se dão conta do volume da crise sócio-eclesiástica iminente. Tôda a renovação da pastoral nos países ocidentais pede uma responsabilidade cristã e eclesiástica única para a pregação universal e a edificação da Igreja em tôdas as culturas. Sem aceitar esta responsabilidade como elemento essencial em nossa consciência católica, parece estar ameaçada a renovação da consciência eclesiástica nas esferas de Sacerdotes, Religiosos e leigos. A grande pergunta nos países ocidentais é: não estamos demasiado ocupados conosco mesmos? Em todo nosso resumo mundial não se fala da China. Porque da China pouco se sabe. Porque a China está fechada para nós. Ninguém sabe o que poderia ser hoje em dia a China, se antes tivéssemos estado tão preocupados com a China como neste momento o devemos estar com a Índia, o Congo, o Brasil, tôda a América Latina, o continente católico que vive num vulcão político, social e ideológico.

IV — A necessidade de informação sôbre as fases do desenvolvimento eclesiástico

Uma primeira reflexão global sôbre uns quantos elementos estruturais da Igreja na variedade de continentes e países desde logo nos faz chegar à idéia de que quase tôdas as diferenças podem ser expressas em têrmos de desenvolvimento. Contudo, queremos aqui fazer observar desde já que também num desenvolvimento igual de certos elementos, as Igrejas nacionais podem mostrar diferenças que têm seu fundamento na própria cultura do povo, na qual a Igreja está encarnada. As atitudes humanas que estão intimamente relacionadas com sua cultura não podem guiar-se por uma cultura alheia. Estas atitudes chegam a expressar-se também na vida sócio-religiosa. O que é importante para uma Igreja implantada em uma determinada cultura é a questão se poderá assimilar à plenitude cristã o que seja relevante dentro dessa cultura e em que medida poderá cristianizar essa mesma cultura quando algumas características dela sejam incompatíveis com a vida cristã. Talvez que dentro de uma visão mundial possamos observar em que medida a Igreja, nos vários países, dispõe dos meios sócio-estruturais de que necessita para poder funcionar de forma perfeita em sua fase atual de desenvolvimento e para preparar o ingresso numa nova fase superior.

As diferenças sócio-eclesiásticas estão talvez muito determinadas, numa comparação mundial, pelas diferenças de desenvolvimento político, social e econômico. Estas diferenças complicam nossa problemática num alto grau. Por muito tempo a Igreja pôde determinar seu próprio ritmo de desenvolvimento. Por volta do ano 1900, a Igreja na África não atendeu à formação de um clero indígena como o mais urgente. Atendeu-o como um ideal, que, porém, devia ser realizado com uma grande prudência. A autodeterminação nacional, que atualmente desperta por tôda parte, urge muitíssimo o crescimento de um clero autóctone. E somos do parecer que o crescimento de um clero indígena atualmente deve ser promovido com meios extraordinários, digamos, com meios audaciosos, inteiramente originais.

Nos países não ocidentais a Igreja não é unicamente como um fenômeno nacional. Forma parte orgânica da Igreja universal. Assim a Igreja prega a si mesma. Não sômente na universalidade de sua estrutura jerárquica e de seus meios de salvação, senão também numa solidariedade visível, numa única "caritas", na qual as Igrejas episcopais de todo o mundo estão relacionadas umas com as outras. Em tôda parte a Igreja tem por dever aliviar as indigências. Onde não puder fazê-lo com sua própria força, aí outras Igrejas são responsáveis. Os cristãos jovens nos países em desen-

volvimento começam vendo, cada vez com maior claridade, como vivem os cristãos nos países ricos. Quando vêem sua própria Igreja como uma Igreja esquecida, poderão viver cada vez mais dificilmente a universalidade da Igreja.

Desta maneira parece impossível projetar uma tipologia das fases de desenvolvimento da Igreja que corresponda à grande variedade entre estas fases e dentro de cada fase em separado. Não vamos fazer um ensaio. Sobretudo porque dentro do tamanho limitado de nosso trabalho isto não é possível sem cair em generalizações que praticamente não têm nenhum valor. Queremos unicamente tratar de formular uma série de elementos, relacionados com as informações de que várias autoridades eclesiásticas necessitam para chegar a pontos de partida racionais na determinação da ajuda de que as Igrejas em todo o mundo têm necessidade; esta determinação tem de fazer-se, porque a ajuda pedida supera muitíssimo a possibilidade de ajuda.

1. As informações devem estar relacionadas com aquelas circunstâncias concretas que são relevantes para o trabalho da Igreja em sua fase atual de desenvolvimento. É evidente que ali onde a Igreja se encontra em uma fase de missão primária e os cristãos constituem um só por cento da população, é desejável uma expansão do "man-power" e das equipes missionárias. É óbvio também que em países católicos com uma escassez muito grande de Sacerdotes, Religiosos e leigos capazes, cada ajuda, qualquer que seja, é bem-vinda. Informações, que estão relacionadas com o imenso campo de trabalho, têm apenas um significado emocional; podem ser também disfuncionais na medida em que evocam um sentimento de importância total. Podem estas informações servir de fundo para planos muito concretos orientados para a realização de tarefas a prazo relativamente curto, quando estas tarefas forem funcionais numa aproximação realista do macroproblema. Informações que não estejam compreendidas numa visão sociológica clara da fase do desenvolvimento da Igreja não são somente incompletas mas também pouco ou nada úteis como motivação para inversões custosas do tão escasso "man-power".
2. Por difícil que seja, a Igreja nos países não ocidentais deve com urgência promover um conjunto sistemático de conhecimentos sobre a sua situação sócio-eclesiástica. Para tanto tem de pedir a ajuda, a ajuda missionária essencial dos especialistas ocidentais em ciências sociais.
3. As informações devem ser corroboradas, o mais possível, pelas autoridades eclesiásticas centrais, através das quais pode se esperar um grau desejado de objetivação de prioridades.

4. Deve ter-se em conta nos países ocidentais que com frequência faz muita falta um conhecimento exato das funções sócio-eclésiásticas próprias de Religiosos. Por êste motivo não pode abarcar-se muitas vêzes a própria potência de ajuda missionária. É de desejar urgentemente que êste conhecimento se realize. No Ocidente dispõe-se de possibilidades em ciências sociais para chegar a êste conhecimento objetivo.
5. As fases de desenvolvimento da Igreja passam por uma escala que começa com a primeira implantação até aquela plenitude na qual a Igreja pode dar um apoio missionário à propagação da fé sôbre a terra. Cada fase pode ser distinguida em:
 - a) desenvolvimento normal
 - b) desenvolvimento que se estanca
 - c) retrocesso.
6. Em cada fase do desenvolvimento da Igreja é importante sua "exposição", sua capacidade de ser percebida por um povo em seu significado essencial. O que pode fortalecer esta "exposição" é o contributo mais importante para o crescimento da Igreja. Expansão quantitativa da Igreja não quer dizer, de modo absoluto, que sua "exposição" se torne mais importante.
7. Em quase todos os países pode dar-se uma imagem das expectativas acêrca da evolução demográfica, econômica, cultural e social nos próximos decênios. Nesta imagem a Igreja deve ver sua responsabilidade única, ponderar suas possibilidades humanas escassas, chegar a uma estratégia e criar as condições que são indispensáveis para uma atuação planejada. Com isto devem estar relacionadas as informações. Sem esta imagem informativa será difícil para o Ocidente superar o ceticismo que com tanta natureza procede de uma reflexão sôbre a problemática planetária cuja magnitude e profundidade se desconhece.

A luz das monografias de Ceilão, Congo e uma região do Brasil, examina-se o que significa obter uma imagem sócio-eclésiástica transparente, identificar a fase de desenvolvimento da Igreja e chegar a uma primeira visão da problemática real. Deve dar-se oportunidade aos especialistas para dedicar tôda sua vida ao exame dêstes problemas imensos. Não para escrever livros. Mas ajudar, dia a dia e hora a hora, os Sacerdotes, Religiosos e leigos, quando êstes queiram ajudar a Igreja. Muitos estão dispostos, dispostos em princípio para ajudar a Igreja universal. Poucos, porém, sabem onde e como!

Crise em Nossa América

PROBLEMA DEMOGRÁFICO-ECONÔMICO-SOCIAL

Uma mudança de estruturas

PE. MANUEL FOYACA, S. J.

N. da R. — O Revmo. Pe. Manuel Foyaca de la Concha, jesuíta natural de Cuba, é quem dirige atualmente o Secretariado para o Apostolado Social da Companhia de Jesus na América Latina. Seu conhecimento vasto e documentado da situação e de toda a problemática de nosso Continente, cujos países ele visitou na sua totalidade, é merecedor da atenção de todos quantos se preocupam com temas sociais que afetam o povo latino-americano. O presente trabalho que o ilustre autor se dignou apresentar à II Assembléia da CLAR, realizada no Rio na primeira semana de agosto do ano passado, sai agora em nossa Revista, pelo interesse e atualidade de que se reveste.

NUNCA como agora, passou a Humanidade por uma crise tão profunda e tão universal. Um sistema de vida que tudo quer transformar, desde as bases filosóficas até as manifestações da cultura, se expande pela força. Com objetivos sociais e econômicos aparentes, ambiciona uma transformação total dos homens, destruindo a civilização cristã e democrática.

Povos inteiros da Europa Oriental caíram ao primeiro assalto, apenas detido em Berlim por compromisso sagrado do Ocidente. Desde então, Berlim se constituiu em símbolo da vontade de viver do mundo livre. Em Berlim não será a batalha final, embora haja se convertido em expoente do prestígio de ambos os lados.

A conquista da Ásia, irradiando o comunismo desde a China, foi um movimento natural ao deter-se a ofensiva na Europa. Contudo, uma

luta pela direcção divide o campo comunista e alenta a esperança de que ainda possam salvar-se muitos povos asiáticos. A Ásia não é tampouco o tabuleiro da última jogada. Nem a África, renitente a um novo colonialismo comunista, livre já do da Europa.

Nossa América Latina, tão próxima dos Estados Unidos e tão unida, ao mesmo tempo que é retaguarda, constitui ela sua maior reserva de materiais estratégicos e é, sim, objetivo final desta luta contra o bastião da democracia ocidental.

Ainda que de oportunidade logística evidente, seu assalto parecia impossível, porque impossível parecia que a América do Norte descuidasse sua retaguarda e sua intenção. O impossível, contudo, se deu; e o êxito da revolução castrista demonstrou com que facilidade poderia assaltar-se o Continente latino-americano.

Nossa América está em crise... A guerra que dirige o comunismo a escolheu como frente vantajosa para lançar a última ofensiva. Guerras de "libertação" ensanguentam suas terras, e revoluções político-sociais mimam todos os seus Estados. Apoiado na situação miserável de massas sem esperanças, o comunismo avança em nosso Continente. Aclarar as causas desta crise, enquanto é tempo, e propor remédios é o objetivo deste estudo:

I — O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA AMÉRICA LATINA

O problema fundamental de nossa América Latina pode resumir-se em três palavras: é um problema *demográfico, econômico e social*. Mas é um problema que apresenta dois aspectos: um aspecto demográfico-econômico e outro aspecto econômico-social. Assim diferenciado, vamos detê-los um pouco sobre ele.

A) — ASPECTO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICO

Existe na América Latina, em seu conjunto e na maioria de seus países em particular, uma desproporção manifesta entre o aumento da população e a produção de bens. Basta observar o que se tem chamado de "explosão demográfica" do novo Continente e as condições de sua economia.

1. Explosão demográfica da América Latina

<i>Índice de nascimentos:</i>	Europa	24/000
	América do Norte	25/000
	América Latina	40/000

Se a Europa tem 24 nascimentos por mil habitantes e a América do Norte, 25, a América Latina alcança 40. O Continente com maior índice de nascimentos! E a América Latina, Guatemala e El Salvador chegam ao máximo de 49/000. Este alto índice de natalidade, unido a uma redução da mortalidade, faz com que o índice de crescimento da América Latina seja também o maior do mundo.

<i>Índice de crescimento:</i>	Europa	8/000
	URSS	17/000
	América do Norte	18/000
	Ásia	19/000
	África	20/000
	Oceânia	24/000
	América Latina	25/000

Se a Europa cresce anualmente à razão de 8 por mil, (e na Europa a URSS, 17), a América do Norte aumenta para 18, a Ásia para 19 e a África para 20. Mas a América Latina reúne o grupo de países que crescem mais rapidamente, chegando em seu conjunto a um aumento anual de quase 26 por mil. Costa Rica alcança um nível máximo com 40 e a República Dominicana mantém com constância o alto crescimento de 35.

Com este índice de crescimento anual se explica o vertiginoso aumento da população da América Latina.

Aumento da população da América Latina:

1820	17 000 000				
1900	70 000 000	=	Aumento em 80 anos =	53 000 000	
1950	163 000 000	=	" " 50 "	=	93 000 000
1960	206 000 000	=	" " 10 "	=	43 000 000
1980	349 000 000	=	" " 20 "	=	143 000 000
1990	455 000 000	=	" " 10 "	=	106 000 000
2000	592 000 000	=	" " 10 "	=	137 000 000 (1)

Nosso Continente, que em 1900 contava somente 70 milhões de habitantes, em 1950 alcançava 163 e em 1960, 206 milhões; em 1980 passará a 349, em 1990, a 455, e para o ano 2000 calcula-se chegar quase a 600 milhões de habitantes.

Observemos o crescimento por décadas. Em 1950-1960 o aumento foi de 43 milhões; em 1980-1990 será de 106 e na década final do século passará de 137. O crescimento absoluto da América Latina é extraordinário.

Aumento comparado em 1960-2000:

Europa	141 000 000 =	33,0%
América do Norte	113 000 000 =	56,7%
URSS	164 000 000 =	76,7%
Oceânia	12 800 000 =	77,5%
África	263 000 000 =	103,0%
Ásia	2 119 000 000 =	130,4%
América Latina	388 000 000 =	186,8% (2)

Se compararmos o crescimento previsto da América Latina entre 1960 e o final do século com o de outros continentes e grandes países, teremos que nestes quarenta anos a Europa aumentará sua população em 33%, a

(1) Anuário Estatístico, N.U., 1961 — "crescimento da população mundial no futuro", N.U., Nova York, 1958.

(2) *Ibid.*

América do Norte 56, Rússia 76, África 103, Ásia 130 e América Latina 187... A América Latina experimenta uma verdadeira explosão demográfica!

Entretanto, este crescimento implica uma pergunta também extraordinária. Aumentará a América Latina a produção de bens com ritmo paralelo ao de sua população? Superará a expansão econômica a demográfica, melhorando o nível de vida? Ou, pelo contrário, ficará protelada a produção de bens, reduzindo as possibilidades econômicas de tão numerosa população? É este o outro lado da questão demográfico-econômica.

2. Regressão econômica na América Latina?

Analisando a estrutura econômica da América Latina, encontramos algumas características inquietantes. A primeira é a preponderância agrária na distribuição do trabalho humano.

Economia primária: atividade agrícola (1947-1953)

53%	América Latina
76 a 85%	Honduras — Haiti
68 a 75%	Nicarágua
56 a 65%	México — El Salvador — Rep. Dominicana — Brasil — Bolívia — Uruguai
46 a 55%	Colômbia — Costa Rica — Panamá — Equador — Paraguai
38 a 45%	Cuba — Venezuela
25 a 35%	Guatemala — Peru — Chile — Argentina
12.2%	Estados Unidos (3)

Ao empregar 53% de sua força de trabalho no campo, a economia da América Latina em seu conjunto é uma economia primária em vias de desenvolvimento. E não obstante esta alta percentagem dedicada a tarefas agro-pecuárias, a América Latina necessita importar alimentos e produtos agrícolas. Os Estados Unidos, empregando tão-somente 12% de suas atividades, têm de limitar a produção e regular excedentes para manter os preços.

Economia monoprodutora: Comércio exterior (1937-1959)

Venezuela	petróleo	92%	de sua exportação
Cuba	banana	77%	
Colômbia	café	77%	
Guatemala	café	72%	
El Salvador	banana	72%	
Panamá	banana	69%	
Chile	cobre	66%	
Haiti	café	63%	

(3) Statistical Year Book, N.U., 1957.

Bolívia	estanho	62%	
Brasil	café	58%	
Equador	banana	57%	
Uruguai	café	54%	
Costa Rica	banana	51%	
Honduras		51%	(4)

A economia da América Latina é monoprodutora. Analisando o comércio exterior de 14 países, encontramos que nos anos 1957-1959 um só produto de exportação representa mais de 50% do total do valor. Quatorze países extremamente vulneráveis, como dependentes de um comprador estrangeiro! Em 1958 perderam 700 milhões de dólares, relativamente ao ano anterior, por haver baixado o preço de alguns destes grandes produtos de exportação. Por outro lado, traduz-se esta economia numa entrada "per capita" demasiado baixa.

Entrada "per capita" em 1960: (em dólares)

300 a 350	América Latina	
600 a 700	Venezuela	
500 a 600	Argentina	
403	Chile	
300 a 400	Cuba — Uruguai	
200 a 300	México — Panamá — Costa Rica	
100 a 200	Brasil — Colômbia — Peru — Guatemala	
	— Equador — Honduras — Paraguai —	
	Nicarágua	
100	Bolívia — Haiti	
2 400	Estados Unidos	(5)

Enquanto os Estados Unidos em 1960 têm uma entrada nacional de 433 000 milhões de dólares, a América Latina apenas alcança um máximo de 72 000 milhões. E ao repartir estas quantidades entre as respectivas populações, ao norte-americano correspondem US\$ 2 400 por ano e ao latino-americano entre US\$ 300 e 350.

Adverta-se, porém, que na América Latina êste baixo "per capita" só o obtêm cinco países: Venezuela, Argentina, Chile, Uruguai e Cuba antes da revolução. O resto não alcança a média; a Bolívia e o Haiti não chegam sequer a 100.

Afora estas características, que revelam a debilidade de nossa economia, encontramos-nos numa conjuntura crítica, porque nestes anos aumentou extraordinariamente o custo de vida, reduzindo o poder de compra de um "per capita" já tão baixo.

Aumento do custo de vida (1953 = 100)

Em 1960	América Latina	360%
	Bolívia	3 350%
	Chile	1 160%
	Argentina	590%

(4) International Financial Statistics, Nov., 1960 — International Monetary Fund.

(5) New York Times, 1 de fev. de 1961.

Brasil	433%	(11 meses)
Uruguai	333%	
Paraguai	265%	(11 meses)
Colômbia	169%	
Peru	165%	
México	161%	(11 meses)
Costa Rica, Nicaraguá	114%	
Venezuela	112%	
Honduras	110%	
El Salvador	107%	
Equador	104%	
Guatemala	104%	(10 meses)
Haiti	107%	(1959)
Rep. Dominicana	98%	
Cuba	97%	(1957) (6)

Entre 1953 e 1960, aumentou o custo de vida na América Latina três vezes e meia; contudo, alguns países superaram em muito esta média. Assim, Bolívia viu subir o custo de vida nesses sete anos até trinta e três vezes e meia; Chile, onze e meia. Cuba, no entanto, gozava em 1957 de uma situação privilegiada melhorando em 3% o nível de 1953.

Um fator preponderante no aumento do custo de vida é sem dúvida, a depreciação da moeda. Eis aqui a queda em alguns países, depois da guerra, e em comparação com o dólar.

<i>Depreciação da moeda:</i>	<i>dez. 1945 — dez. 1959</i>	
Bolívia	64/\$	11 885/\$
Chile	32/\$	1 052/\$
Brasil	20/\$	202/\$
Paraguai	3/\$	128/\$
Argentina	5/\$	83/\$
Peru	7/\$	28/\$
Equador	14/\$	17/\$
México	5/\$	12/\$
Uruguai	2/\$	11/\$
Colômbia	2/\$	7/\$

A queda do cruzeiro e do pêso argentino foi ainda maior nestes últimos anos.

Há contudo outro aspecto que é mais importante. Com êste aumento do custo de vida e esta depreciação da moeda junta-se, ameaçando nossa economia, um ritmo decrescente na produção. Verdade é que não diminui a produção de bens; vai aumentando. Mas é um aumento que tende a decrescer nos últimos anos.

Ritmo decrescente da produção

Dada a dificuldade de obter cifras exatas, não é de estranhar que haja diferenças nos dados oferecidos pelos especialistas. Coincidem, no entanto,

ao afirmar que, depois de um período de crescimento satisfatório entre 1945 e 1955, por circunstâncias favoráveis do após-guerra, decresce o aumento relativo da produção. Para melhorar sensivelmente o bem-estar de uma população que cresce rapidamente, não basta um aumento, de ano para ano, da produção de bens, paralelo ao demográfico. É necessário forçar o ritmo; e este decresce manifestamente. Basta observar as seguintes cifras, baseadas num estudo da C.E.P.A.L. (7).

	População da A.L.	Produto interno	"per capita"	Cresc. per cap.
1953	167 300 000	45 400 000 000\$	271\$	—
1954	171 500 000	48 300 000 000\$	281\$	3,6%
1955	175 800 000	51 100 000 000\$	290\$	3,2%
1956	180 300 000	53 100 000 000\$	294\$	1,3%
1957	185 000 000	56 800 000 000\$	307\$	4,4%
1958	189 700 000	59 200 000 000\$	312\$	1,6%
1959	194 200 000	60 800 000 000\$	313\$	0,3%
1960	199 500 000	63 800 000 000\$	319\$	1,9%

Nestes sete anos compreendidos entre 1953 e 1960, a um aumento da população de 32 200 000 habitantes correspondeu um aumento da produção de 18 400 milhões de dólares — o que representa um crescimento "per capita" de US\$ 48, equivalente a 2,52% de crescimento anual. Este desenvolvimento seria satisfatório se, a partir de 1957, não se tivesse iniciado uma descida pronunciada e mantida, que é urgente superar.

Tal descida, contudo, corresponde ao conjunto da produção latino-americana e não a todos os países; já que a Venezuela, em 1950-1958, logra um crescimento anual "per capita" de 5,1% e o Brasil de 3,7%, segundo o "International Monetary Fund", que dá à América Latina em igual período um crescimento anual "per capita" de apenas 1,7%, enquanto os Estados Unidos mantêm um progresso constante de 2,9% (8).

Com estes dados à vista, é evidente que o desenvolvimento da economia da América Latina não corresponde ao enorme crescimento de sua população. É, portanto, necessário aumentar a produção de bens, abrindo em primeiro lugar novas fontes de trabalho.

Entre 1960 e 1975, espera-se que 38 milhões de jovens latino-americanos vão chegando à idade do trabalho. A agricultura só poderá ocupar cinco milhões... Que fazer com os demais?

Venezuela, no fim de 1960, tinha 350 000 desempregados e anualmente chegam aos quinze anos uns 70 000 jovens. E é o país mais rico com apenas 7 000 000 de habitantes!

É necessário também melhorar a produtividade do trabalho, intensificando a mecanização e o rendimento do operário.

Até aqui o estudo do problema fundamental da América Latina em seu aspecto demográfico-econômico. Passemos ao outro aspecto.

(7) Boletín Económico de América Latina, vol. VI, Santiago do Chile, Nov., 1961.

(8) International Financial Statistics, 1960 — International Monetary Fund.

B) ASPECTO ECONÓMICO-SOCIAL

Se a análise do primeiro aspecto do problema, o demográfico-social, nos dá uma visão perigosa da América Latina, o contemplar o outro aspecto, o económico-social, nos faz tremer para o futuro. Tal é a injusta distribuição de bens entre indivíduos e grupos...

1. Proletarização das massas

Na América Latina espera-se uma proletarização das massas, na indústria e no campo. Nossos países vão entrando em processos de industrialização. Uns iniciaram já a grande indústria com a siderurgia: Brasil em Volta Redonda, Chile em Huachipato, Peru em Chimbote, Colômbia em Paz del Rio, Venezuela em Caroní, México... Outros desenvolvem uma indústria mediana, e os mais atrasados lutam por superar a etapa artesanal.

Com a indústria aumenta o número de operários e a emigração do campo para a cidade em busca de trabalho. Entre 1950 e 1960, a população urbana da América Latina cresceu 117%, passando de 39 para 46%.

Nossa legislação social é avançada e pode geralmente competir com as mais progressistas; mas, nem sempre se cumpre. E não se cumpre, por egoísmo às vezes do capital, que acata a lei, mas tem meios para não cumpri-la; por claudicação dos governantes, nem sempre insubornáveis ante um bom preço; por desorganização dos trabalhadores, em muitas partes não associados para reclamar direitos; ou por uma forma sofisticada de autofinanciamento, muito em voga hoje em dia, que argumenta com a necessidade de reinverter para industrializar, congelando salários... E, claro, não é acertado aumentar os salários quando a indústria exige reinversões, precisamente para garantir o sustento de toda a população no futuro. Mas, com este sacrifício pedido ao operário, deve exigir-se um sacrifício maior ao inversionista em seus interesses e ao acionista em seus dividendos; e isto nem sempre se faz na América Latina, faltando à justiça.

Por outro lado, nossa legislação, ainda que avançada, não cobre todos os setores de trabalho industrial. Para muitos ainda não chegaram as leis trabalhistas; e por isso desce também o nível de vida dos trabalhadores urbanos. Basta percorrer nossas grandes cidades para ver seus cinturões proletários, seja qual for o nome com que se batizam: "favelas" no Rio de Janeiro que pendem dos morros como nascimentos de tábuas e zinco, expoentes de miséria; "poblaciones callampas" (= povoações cogumelo) em Santiago do Chile, não tão pitorescas, mas com tanta pobreza como as favelas; "villas miseria" de Buenos Aires e "ranchitos" de Caracas... cinturões proletários em nível infra-humano, pelo que as massas se proletarizam ao crescer com a industrialização o número de operários que não logram melhorar sua vida, ao não existir uma mais justa e equitativa distribuição dos frutos da produção moderna.

Proletariza-se também o campo. Perdura ainda em muitos países o regime agrário colonial. O México fez sua reforma agrária em 1917 e a

Bolívia, em 1952. Mas, só depois da pseudo-reforma de Cuba, se estendeu a tôda a América a preocupação pelo campo. Regime jurídico favorável à concentração de terras em grandes latifúndios de proprietários freqüentemente ausentes, acentuado agora pelo capitalismo agrário. 80% dos camponeses da América Latina não têm terras próprias; trabalham como arrendatários, meeiros ou assalariados. 6% dos proprietários rurais possuem 70% das terras. Dêste modo, sem proteção legal por não ter chegado ao campo a legislação social, vive o camponês indefenso, à mercê do altruísmo dos donos. As massas do campo, antes pequenos proprietários e arrendatários e agora peões agrícolas, vão-se também proletarizando.

E desta proletarização das grandes massas urbanas e campesinas flui necessariamente uma situação de miséria.

2. Miséria coletiva!

Se o "per capita" anual de 300 a 350 dólares correspondesse a todos os latino-americanos por igual, a situação não seria má. Uma família de sete membros poderia contar com seis dólares por dia, o que é uma entrada razoável. Mas o "per capita" não está eqüitativamente distribuído. Uma quarta parte da população da América Latina dispõe apenas de 50 dólares por ano, ou seja 13,5 centavos por dia. Na Venezuela, o país de maior "per capita", diz-se que a 80% dos camponeses correspondem tão-somente 11 centavos de dólar por dia.

Esta falta de dinheiro manifesta-se em todos os aspectos da vida.

Passa-se fome na América Latina. José de Castro, geógrafo da fome no Brasil, afirma que três quartas partes da população latino-americana sofre "fome fisiológica" por mal alimentada. O que não é de estranhar, pois, segundo a FAO, de 1938 a 1960 a produção de alimentos aumentou em nossos países uns 64%, quando a população havia crescido uns 70. Tomando o Equador como amostra — e não é precisamente o país mais pobre — 95% de sua população dispõe apenas de 1 500 calorias diárias, quando o mínimo necessário se calcula em 3 200. Para uma criança morta por desnutrição nos EUA, na América Latina morrem 300...

Um estudo realizado em 1954 revela que na América Latina devem ser substituídas 80% das *moradias*, das quais, 50% nas zonas rurais. Outro afirma que 80% das casas rurais têm condições infra-humanas, num total de 15 milhões. No Chile, com 6 milhões de habitantes em 1958, calculavam-se em mais de 2 milhões e meio os que viviam em tugúrios. Peru necessitava na mesma data construir 728 000 novas moradias e reparar um milhão. Segundo a OEA, há na América Latina um "deficit" anual de moradias superior ao milhão. Quer dizer, são necessárias 30 000 000 de novas casas. Haveria que construir-se por ano 500 000 para cobrir o aumento vegetativo e outras 500 000 para ir liquidando o "deficit" atual; e isto durante 30 anos... Porém, somente umas 166 000 são construídas anualmente! (9)

(9) João Gonçalves de Souza — "América Latina em face dos ideais da Cristandade" em *Síntese Política Econômica Social*, janeiro-março de 1962, Rio de Janeiro.

Uns poucos dados sobre as *enfermidades*, entre os muitos que se pôde recolher. Cêrca de 90 milhões de latino-americanos, nas zonas rurais, carecem de água potável. A mortalidade entre as crianças com menos de um ano alcança uma média de 110 por mil, subindo no Haiti a 150 e no Brasil a 171, quando nos Estados Unidos se reduz a 25. A esperança de vida do latino-americano em média é de apenas 46 anos, enquanto nos Estados Unidos ascende a 70 (10).

O *analfabetismo* é outro aspecto da miséria coletiva da América Latina. Para 1957 calculava-se que 39,9% dos latino-americanos com mais de 15 anos não sabiam ler nem escrever. 74 000 000 de analfabetos, a maior parte no campo! 62,7% da população rural! Eis aqui a distribuição por países:

76 a 90%	Haiti	
61 a 75%	Guatemala, Nicaraguá, El Salvador, Rep. Dominicana, Honduras (mais de 10 anos), Bolívia	
46 a 60%	Colômbia, Equador, Paraguai, México (mais de 6 anos)	
14 a 30%	Cuba, Costa Rica, Panamá, Chile, Argentina	
39,9%	América Latina	
3,0%	Estados Unidos	(11)

Resumindo...

Há na América Latina um desequilíbrio manifesto entre o aumento da população e a produção de bens. Uma economia primária e mono-produtora, perigosamente vulnerável, é apenas suficiente no momento atual. Urge uma diversificação e um desenvolvimento com ritmo crescente, superior ao demográfico, se em seu conjunto se quer conservar e melhorar o nível de vida atual. Uma exigência angustiosa oprime o continente... A América Latina necessita produzir!

Mas não basta produzir. É necessário reparar a injusta desigualdade que hoje existe na participação e uso desses bens, pelo que as grandes maiores da América Latina, proletarizadas, vivem em condições infra-humanas. As medidas urgentes de caráter econômico devem juntar-se, sem demora, disposições equitativas de uma política social...

Produzir mais e repartir melhor!

(*Continua no próximo número*)

(10) *Ibid.*

(11) *International Statistic Relating to Education, Culture and Communication, 1959; United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, Paris, 1960. Unión Pan-Americana — Departamento de Assuntos Culturais — El Analfabeto en América según los últimos Censos de Población, Washington, 1958.*

N. da R. — Embora o autor não tenha enquadrado nosso País em nenhuma das percentagens indicadas, sabemos, pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC, que no Brasil, em 1950, dos brasileiros com mais de 15 anos de idade 50,49% não sabiam ler. Hoje, os números tenderão, parece, a melhorar, mas a verdade é que ainda cêrca de metade das crianças com idade escolar não chega tampouco a matricular-se no ensino elementar.

A Emissora da Santa Sé

PE. PAULO BESSA DE ALMEIDA, S.J.

IV — INSTALAÇÕES

2. Pormenores técnicos

(*Continuação*)

b) *Antenas*

A certa distância do Centro de Transmissão do Vaticano erge-se uma elevada torre de ferro de 68 metros de altura, como suporte da antena vertical do transmissor Telefunken.

Esta antena tem o comprimento máximo de 12 metros. A emergência da antena sobre a torre é controlada por um comando elétrico da própria Estação Radiofônica. Varia de acôrdo com as frequências das ondas empregadas.

Esta antena apresenta a grande vantagem de permitir a transmissão com diversos comprimentos de ondas, evitando o recurso à construção de várias torres, o que na Cidade do Vaticano é desaconselhado por causa das exigências de estética e de espaço. É uma antena auto-irradiante, comum.

Recentemente, tendo sido desmontadas as outras três torres que a partir de 1937 sustentavam as antenas dirigidas dos outros transmissores, estas se acham hoje ancoradas na torre de antena vertical e em duas hastes de ferro nas proximidades do Centro. São as quatro antenas Foolded (a dipolo) alimentadas por linhas duplas e a antena Marconi, em forma de L, instaladas na torre, e as antenas semi-rômbricas alimentadas por linhas duplas, suspensas nas duas hastes de ferro.

c) *Comutador de antena*

O comutador de antena, de tipo Telefunken, permite coligar o transmissor Telefunken com oito antenas escolhidas para oito das 10 frequências em que pode operar o transmissor. Este comutador Telefunken pode ser empregado para a mudança eventual das antenas do transmissor Marconi de 50 kw. para ondas curtas.

d) *Subestação elétrica*

A subestação elétrica recebe a energia elétrica, fornecida ao Vaticano pela Companhia Romana de Eletricidade, nos casos ordinários, e nos extraordinários a fornecida pelos grupos eletrógenos do Vaticano. Nela é feita a distribuição da energia elétrica às diversas instalações do Centro de Transmissão.

Está situada num porão, embaixo de um prolongamento da ala central do Centro de Transmissão.

III — *ESTÚDIO DO PETRIANO*

O Estúdio do Petriano funciona no prédio do mesmo nome, situado na Praça do Santo Ofício, entre o braço direito da colunata de Bernini e o Palácio da Sagrada Congregação do Santo Ofício.

O andar térreo do edifício consta de um único e espaçoso salão, hoje reservado para as eventuais recepções, para as grandes reuniões e para as manifestações de caráter religioso, cultural e social.

No andar superior, funcionalmente adaptado às atuais exigências do edifício, estão instaladas as diversas repartições do setor de Programas: a Direção geral do mesmo, o serviço de Rádio-jornal com as suas três seções (redação, tradução e transmissão), os escritórios de algumas seções linguísticas e a Redação.

As duas salas de transmissão, existentes no prédio, são utilizadas tanto para o boletim falado do Rádio-jornal, como para os programas ordinários da tarde (68).

O Estúdio do Petriano enriqueceu a Rádio Vaticano de novas instalações mais modernas e mais amplas e principalmente mais adaptadas às atividades do setor de Programas. Por outro lado, situado como está fora do Vaticano, oferece a quantos trabalham naquele setor um fácil acesso às respectivas repartições.

(68) Os programas matutinos e noturnos da Rádio Vaticano são transmitidos regularmente da Sede Central do Vaticano. Tanto os programas produzidos na Sede Central, como aqueles que o são no Estúdio do Petriano, são irradiados para os países a que se dirigem mediante a utilização dos transmissores instalados nos dois centros de transmissão.

IV — CENTRO DE TRANSMISSÃO DE SANTA MARIA DI GALERIA

O Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria está situado numa vasta área de propriedade da Santa Sé, a 18 km de Roma, entre a localidade de Santa Maria di Galeria e a pequena cidade de Cesano, nas vizinhanças do lago di Bracciano.

1. Descrição geral

O edifício em que estão instalados os transmissores ocupa o centro da propriedade. Apresenta forma exagonal de 20 m de lado. Acolhe no andar térreo a subestação elétrica de transformação e distribuição, e o conjunto de aparelhos de alimentação dos transmissores. No andar superior, em quatro dos seis lados do exágono, estão instalados os transmissores, obedecendo à seguinte disposição:

- setor do centro: o transmissor Philips de 100 kw. para ondas curtas;
- primeiro setor da esquerda: os dois transmissores Brown-Boveri de 10 kw. cada um para ondas curtas;
- primeiro setor da direita: o transmissor Brown-Boveri de 120 kw. para ondas médias;
- segundo setor da direita: o transmissor Telefunken de 100 kw. para ondas curtas.

Por cima dos transmissores, numa varanda que corre ao longo das paredes da sala exagonal, está instalado o Comutador de antenas.

Do edifício central partem três filas de tôrres de ferro, de 34 a 54 m de altura, orientadas nas direções norte-nordeste, sul-sudeste e oeste. Estas tôrres, construídas pela Companhia Dalmine, sustentam um grandioso sistema de antenas para ondas curtas, instalado pela Telefunken. As antenas, 21 ao todo, podem dirigir para qualquer parte do globo um feixe suficientemente intenso de ondas eletromagnéticas, de freqüências adaptadas às condições ionosféricas do momento e com ângulo de inclinação apropriado à distância da meta visada.

Para este escopo, a direção dos feixes das antenas pode ser invertida ou mudada oportunamente, no sentido horizontal ou vertical. A 1 200 m do edifício, na direção sudeste, levanta-se uma antena auto-irradiante de 98 m de altura, instalada pela

Companhia Brown-Boveri de Munnheim, na Alemanha, antena esta que está coligada com o transmissor Brown-Boveri de 120 kw. para ondas médias. A onda empregada por este transmissor é a de 196,2 m, correspondente à frequência de 1529 kc, frequência assinalada à Rádio Vaticano pelo Plano de Copenhague em 1948.

Ao lado do prédio, ergue-se uma torre de 78 m de altura, em forma de cruz, como sustentáculo das antenas das pontes-rádio que coligam o Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria com a Sede Central do Vaticano, tanto para o conveniente envio dos programas radiofônicos aos painéis moduladores dos diversos transmissores, como para o intercâmbio de comunicações telefônicas de serviço.

2. Pormenores técnicos (69)

a) *Transmissores*

TRANSMISSOR PHILIPS de 100 kw. para ondas curtas. — É um transmissor de grande precisão e estabilidade de frequência. Sua sintonia pode ser regulada com muita facilidade. É sujeito a pouquíssimas distorções. Apresenta um rumor de fundo desprezível e uma intensidade de harmônicos bastante baixa.

Os geradores das frequências estão instalados segundo o circuito de Meacham num armário separado, de onde podem comandar outros transmissores. A cada frequência de trabalho corresponde um painel móvel, completamente independente dos demais.

As caixas termoestáticas contêm não somente os quartzos, que são de baixíssimo coeficiente de temperatura, mas também todo o circuito elétrico do oscilador, permanentemente em atividade.

A sintonização numa das seis frequências predispostas pode ser obtida por meio de um comando automático, em três minutos. Os circuitos, quer de baixa como de alta frequência, são em grande parte simétricos, pois assim melhor se adaptam à saída simétrica das linhas de alimentação das antenas.

Nas fases de 10 a 100 kw. são empregados circuitos ressoantes, formados por linhas de Lecher em círculo. Este sistema, além de apresentar notável eficiência, permite a utilização de toda a longa série de frequências, de 5,5 a 26 Mc, sem que seja necessário trocar as bobinas.

(69) Lemme, M., II Centro Radiotrasmettente Vaticano di Santa Maria di Galeria, em *Elettronica*, n.º 3, 3.º Trimestre, 1959, Turim.

O esfriamento dos ânodos das válvulas de potência é efetuado por meio da circulação de água destilada.

No banco de manobra, situado defronte do transmissor, são executadas as operações normais de partida e de regulação. Um sistema racional de sinais luminosos indica a cada momento o comportamento dos vários circuitos, permitindo em caso de avaria localizar com facilidade o defeito.

TRANSMISSOR BROWN-BOVERI de 10 kw. para ondas curtas. — O Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria possui dois transmissores Brown-Boveri de 10 kw. cada um, para ondas curtas, transmissores êstes que são empregados tanto para a radiofonia como para a radiotelegrafia.

Em radiofonia, os dois Brown-Boveri de 10 kw. operam com seis freqüências fixas, comandadas por meio de quartzos. Em radiotelegrafia, operam com quatro altas freqüências, também comandadas por meio de quartzos. Em caso de avaria de um oscilador a quartzo, ou por outros motivos especiais, emprega-se um oscilador variável, montado numa caixa termoestática.

Êstes dois transmissores Brown-Boveri de 10 kw. apresentam uma estabilidade razoável de freqüência e alta qualidade de emissão. Oferecem grande facilidade para a mudança das freqüências. Possuem além disso circuitos de proteção muito eficientes. Podem operar em paralelo, com a utilização da mesma antena.

TRANSMISSOR BROWN-BOVERI de 120 kw. para ondas médias. — O Transmissor Brown-Boveri de 120 kw. para ondas médias é caracterizado por uma grande simplicidade de estrutura tanto mecânica como elétrica. Emprega em alta freqüência circuitos assimétricos que simplificam o emparelhamento com a linha de alimentação da antena e permitem o uso de válvulas nos estádios pré-final e final.

Nos circuitos anódicos emprega um filtro para a eliminação de freqüências harmônicas que poderiam ser emitidas.

O resfriamento das válvulas é feito com ar, sistema preferível ao do resfriamento com água, pela simplicidade de instalação e de exercício que importa.

O sistema de modulação anódica do estádio final, que é feito com rádio-freqüência, garante o bom rendimento e a boa qualidade das emissões, mesmo com elevada profundidade de modulação.

Um aparelho especial indica com sinais acústicos e óticos as eventuais anomalias que possam ocorrer na linha de alimentação ou na antena. No caso de avaria persistente, interrompe automaticamente a alimentação anódica do transmissor.

TRANSMISSOR TELEFUNKEN de 100 kw. para ondas curtas. — O transmissor Telefunken de 100 kw. para ondas curtas apresenta a característica de ser extremamente simples no que se refere à manobra de mudança de frequência. Tem um ótimo rendimento, pois, em condições de igualdade de energia, a rádio-freqüência fornecida consome relativamente pouco.

Seu sistema de esfriamento de válvulas por meio de água em ebulição possibilita a utilização do calor de dissipação para fins diversos como, por exemplo, para o aquecimento do ambiente.

O transmissor Telefunken possui a particularidade de ter nas fases final e pré-final de rádio-freqüência circuitos que permitem prescindir do regulador de neutralização.

Finalmente, comparando com os outros transmissores, o Telefunken ocupa um lugar relativamente pequeno.

b) *Antenas*

ANTENA para onda média. — A antena para onda média é de tipo auto-irradiante. Consta de uma pilastra com seções triangulares de 1,50 m de lado, da altura da metade do comprimento da onda irradiada, isto é, 98 m. A pilastra está apoiada num isolador de esteatite de 30 cm de altura, com capacidade para suportar 150 toneladas.

A antena para onda média está situada a 1 200 m do edifício, a uma certa distância do sistema de antena para ondas curtas, para que dêste modo sejam evitadas possíveis interferências recíprocas.

Com o fim de melhorar a condutibilidade do terreno, 120 condutores de cobre, de 150 m de comprimento, partem do pé da pilastra e se irradiam pelo subsolo.

ANTENAS para ondas curtas. — O sistema de antenas para ondas curtas é um sistema Telefunken. Consta de duas cortinas de dipolos e é dotado de dispositivos para a inversão do feixe de irradiação e para a orientação em diversas direções, tanto no sentido do azimute, como no do zênite.

A característica de variabilidade do ângulo de zênite, que teve a sua primeira aplicação no Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria, oferece a cada antena a possibilidade de atingir a ionosfera com o ângulo ideal para incidir na zona prefixa, com um mínimo de reflexão.

Cada antena consta de dois sistemas semelhantes de dipolos horizontais, dispostos em dois planos verticais paralelos, denominados "cortinas", distantes um do outro um quarto do comprimento da onda irradiada. Uma das cortinas é irradiante, a outra

é refletente. Mas, estas duas funções podem ser invertidas com a conseqüente inversão de 180° da direção do feixe principal.

As antenas são de dois tipos fundamentais. O primeiro é usado para as faixas mais longas (49 m, 41 m, 31 m), com a característica de cortinas de seis dipolos, dispostos em três colunas e em duas filas. O segundo tipo, para os feixes das ondas mais curtas (25 m, 19 m, 17 m, 13 m, 11 m,) possui cortinas de 16 dipolos, dispostos em quatro colunas e em quatro filas. Este segundo tipo apresenta três variantes diversas: uma para a antena de faixa única, usada para a onda de 25 m (frequência entre 11 700 e 11 975 kc); uma para as antenas de dupla faixa, usadas para as ondas de 19 m e 17 m (frequência entre 15 100 e 15 450 kc) como também (frequências entre 17 700 e 17 900 kc) e finalmente uma terceira variante para as antenas de dupla faixa, usadas para as ondas de 13 m e 11 m (frequência entre 21 450 e 21 750 kc) como também (frequência entre 25 600 e 26 100 kc).

O número e a direção das antenas obedecem à finalidade de atingir todo o mundo habitado, tendo em conta a ampliação dos setores por elas abraçados.

A largura do feixe das antenas das ondas mais curtas, isto é, do segundo tipo é de 26° . Estas podem ser deslocadas de 9° (azimute) para a direita e para a esquerda, e, tendo em conta a inversibilidade das mesmas, podem abranger globalmente 88° . Portanto, quatro antenas deste tipo, colocadas a 90° uma da outra, abrangem toda a circunferência.

A largura do feixe das antenas das ondas mais longas, isto é, do primeiro tipo é de 32° , e como o feixe não só pode ser deslocado de 16° (azimute) para a direita e para a esquerda, mas também pode ser invertido, o setor globalmente atingido por êle é de 128° , de modo que para cada comprimento de onda bastam três antenas deste tipo, separadas uma da outra de 120° , para que seja abrangida toda a circunferência.

Os diversos países que se acham na mesma direção, mas a distâncias diferentes do Centro, podem ser atingidos mediante a utilização apropriada dos diversos ângulos de zênite que podem ser dados a cada antena.

As 21 antenas estão ligadas aos transmissores por meio do comutador de antena, situado no inteiro do edifício, com linhas de alimentação simétrica de quatro condutores de 350 ohms, próprios para a potência de 100 kw.

Paralelamente às linhas de alimentação, correm ao longo das três filas de antenas os cabos do telecomando dos elementos de comutação e os cabos para as comunicações telefônicas de serviço.

c) Comutador de antena

O Comutador de antena, construído segundo o princípio de barras horizontais e verticais (comutador suíço), permite a ligação de seis transmissores com seis antenas, escolhidas a êsmo entre um máximo de 29 antenas disponíveis.

As instalações do Comutador de antena ocupam cinco lados da varanda exagonal da sala dos transmissores, deixando livre apenas o que se acha em cima do ingresso da sala.

Cada setor consta de um certo número de elementos de comutação extraíveis para melhor facilitação do contróle e revisão dos contatos. Êstes elementos de comutação estão montados em 29 colunas (correspondentes às 29 antenas) e dispostos em seis filas (correspondentes aos seis transmissores).

Um elemento de comutação em posição de repouso (R) garante a continuidade, tanto das barras horizontais como das verticais. Quando está ligado, porém, interrompe a continuidade das barras e liga as horizontais que provêm de um transmissor (Tm) com as verticais dirigidas para uma antena (An).

Êste sistema de interromper as linhas verticais e horizontais com o mesmo elemento de comutação elimina o perigo das manobras falsas como, por exemplo, a inserção de dois transmissores numa única antena, ou a inserção de um transmissor em duas antenas.

O comando das comutações pode ser executado ou automaticamente com um sistema eletropneumático pelo banco de manobra, que está no centro da sala dos transmissores, ou pelos próprios elementos do Comutador.

No caso de avaria da instalação de ar condicionado, o comando das comutações pode ser executado por alavancas situadas atrás de cada elemento de comutação.

A situação das ligações e a posição de cada uma delas são indicadas no banco de manobra por sinais luminosos. A execução de cada manobra é indicada por sinais óticos na mesa de comando do Comutador.

d) Instalação de fornecimento elétrico

A energia elétrica empregada no Centro de Transmissão é fornecida pela Companhia Romana de Eletricidade.

A energia elétrica, que chega ao Centro por linha aérea, passa no interior de uma cabina apropriada a um cabo subterrâneo que a conduz à subestação, situada no andar térreo do edifício.

A transformação da energia para as tensões anódicas dos transmissores é feita por dois transformadores de 1000 kva (30 kv

10 kv); para a força motriz geral dos transmissores, por dois transformadores de 500 kva (30 kv 360 v) e para os serviços auxiliares, por um transformador de 250 kva (30 kv 380 v).

As várias manobras conexas com o exercício da subestação podem ser telecomandadas da Sala dos Transmissores. Uma bateria de acumuladores, que se carregam automaticamente, alimenta a mesa de comando. Os interruptores são acionados por aparelhos de ar comprimido.

As instalações de alimentação elétrica do Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria foram construídas pela Companhia Brown-Boveri.

c) Pontes-rádio

O Centro de transmissão de Santa Maria di Galeria está coligado com a Sede Central do Vaticano por meio de seis pontes-rádio, a saber: quatro de 940 MHz para o serviço radiofônico e duas de 250 MHz para o serviço telefônico.

Os transmissores das pontes-rádio do serviço radiofônico, quatro ao todo, acham-se instalados no último andar da torre Leão IV, na Sede Central do Vaticano, e os quatro receptores correspondentes, no Centro de Santa Maria di Galeria, numa sala apropriada. Os transmissores das pontes-rádio do serviço telefônico, quatro ao todo, acham-se instalados: dois na torre Leão IV e dois em Santa Maria di Galeria. Os receptores correspondentes acham-se também instalados: dois na torre Leão IV e dois em Santa Maria di Galeria.

Embora as pontes-rádio sejam seis, os transmissores e os receptores correspondentes são oito, uma vez que as pontes-rádio do serviço telefônico constam de dois transmissores e de dois receptores cada uma.

O controle das correntes de modulação efetua-se normalmente na Sala dos transmissores. A qualidade da transmissão pode ser por sua vez controlada ou na sala das pontes-rádio, situada a uma certa distância da sala dos transmissores, ou numa cabina adjacente, acusticamente isolada, que eventualmente pode funcionar como estúdio para transmissões. Para este controle emprega-se um amplificador que se liga ou na saída dos receptores das pontes ou na entrada dos moduladores dos transmissores, ou também nos índices de alta frequência modulada, emitida pelos transmissores.

As comunicações telefônicas de serviço entre o Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria e a Sede Central do Vaticano são feitas mediante o uso de pontes-rádio para telefonia, equipadas de aparelhos múltiplex Telettra de 12 canais.

Do Centro de Transmissão de Santa Maria di Galeria, disse o Santo Padre João XXIII, quando de sua visita ao mesmo, no dia 1 de outubro de 1961:

“Realizamos finalmente aquilo que tanto desejávamos; e apraz-nos sumamente passar alguns momentos aqui. O próprio nome de Santa Maria que precede ao de Galeria, como se chama êste lugar, sussurrando suavemente em nosso espírito, frequentemente nos convidava a visitar êste lugar onde a Estação Radiofônica, colocada à disposição do Supremo Pastor da Igreja para o desempenho do seu ofício apostólico, oferece uma utilidade cuja grande importância com razão cresce cada dia... Quisemos, pois, contemplar com os nossos próprios olhos êste terreno, onde gigantescas antenas, poderosíssimos instrumentos da técnica moderna, erguem-se como maravilhosa floresta, elevando para o céu, em seu vértice, a cruz de Cristo”.

DIA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCações

Recebemos uma carta da Sagrada Congregação dos Religiosos comunicando que o Santo Padre instituiu o DIA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCações.

Infelizmente não foi possível publicar essa carta em números anteriores de nossa Revista pelo simples fato de ter a mencionada carta chegado muito tarde. São os seguintes os pontos principais:

- 1) a denominação oficial que deve ser adotada é: Dia Mundial de Orações Pelas Vocações;
- 2) êsse dia seja um só para tôdas as vocações (ao estado sacerdotal ou ao religioso, à vida ativa ou à contemplativa);
- 3) no determinar, de comum acôrdo, os detalhes da celebração, seja pôsto em relêvo especialmente o caráter e finalidade espirituais;
- 4) o dia será sempre o segundo domingo depois da Páscoa, Domingo do Bom Pastor (êste ano no dia 12 de abril).

N. da R. — *A tradução do texto oficial será publicado em um dos próximos números de nossa Revista.*

CRB Informa...

CRB-SC — Na sede desta seção estadual, em janeiro, houve dois marcantes encontros de religiosas. Um foi no dia 12. Irmãs de dezoito congregações, eventualmente nesta cidade, seguindo cursos de estudo, assistiram à notável conferência espiritual, proferida pelo Reverendíssimo Dom Bernardo Schuh, do Mosteiro de São Bento do Rio. O segundo encontro, com o Salão de Atos totalmente lotado, foi no dia 19, quando o Revmo. Sr. Arcebispo Coadjutor fêz, sôbre a Palestina, uma palestra, ilustrada por lindas projeções.

A 21 de fevereiro encerrou-se o I CURSO DE CANTO PASTORAL E LITURGIA promovido pela CRB. Entre os cento e noventa e cinco participantes, com satisfação que inscrevemos trinta e cinco leigos e quarenta e quatro sacerdotes. Da Diocese de Tubarão vieram quase todos os sacerdotes, deixando por ordem do Senhor Bispo, suas paróquias entregues ao Divino Espírito Santo; das outras dioceses, houve vários representantes. Compareceram religiosos de dezesseis congregações.

Orientado pela Equipe Musical da CAMS, do Rio de Janeiro, formada pelo Revmo. Cônego Amaro Cavalcanti de Albuquerque e Revmos. Padre José Alves de Sousa e Frei Joel Postma, o Curso proporcionou aulas muito proveitosas de Canto e Salmódia Pastoral, Liturgia e Canto Coral. As celebrações litúrgicas e paralitúrgicas constituíam o ponto alto de cada dia. Emocionante, encantava a todos. Afirmou alguém ter a Missa de Encerramento superado quanto poderia imaginar; “algo mais belo só no Céu” . . .

Com o trabalho intenso e direção eficiente dos aprimorados mestres, o Curso terá atingido sua finalidade: o apostolado. Vibração, houve e muita; percebia-se vontade de levar adiante o aprendido. E notícias têm vindo de que Cursistas, em distantes lugares, vão extraindo das vozes e instrumentos hinos de louvor a Deus — expressões da harmoniosa disposição de nos integrarmos, religiosos e leigos, no concêrto de um povo cristão irmanado no culto autêntico do Senhor.

IRMÃ CÉLIA LEAL, *Secretária*

CRB-Nacional — Em virtude do agravamento do estado de saúde do Revmo. Pe. Tiago, nosso DD. Secretário-Geral, teve Sua Revma. que submeter-se, no passado dia 19 de março, a uma delicada operação cirúrgica. Graças a Deus, poucos dias depois, pôde êle já deixar o hospital, estando de momento em regime de repouso, enquanto nós ficamos aguardando para breve seu regresso à sede nacional da CRB, a fim de continuar sua atividade com redobrado vigor e com a solicitude que sempre o animou.

Recensões Bibliográficas

L I V R O S

Editôra Presença, Rio:

DOM JAIME DE BARROS CÂMARA,
Problemas, 1963, 1 vol. br.,
180x110 mm, 244 pp.

ROGER BURLINGAME, *Máquina s
que construíram uma nação*,
trad. Edilson Alkmim Cunha,
1963, 1 vol. br., 180x110 mm,
184 pp.

A. KASHIN, *A alma no ciclotron*,
s.d., op.br., 180x110 mm,
56 pp.

E. FLOQUET, *Relações entre diri-
gentes e operários*, trad. Cláu-

dio H. M. Braga, s.d., op.
br., 180x110 mm, 32 pp.

CHESTER BOWLES, *Declínio do
Comunismo como força ideo-
lógica*, s.d., op. br., 180x110
mm, 16 pp.

OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO,
*O comércio do Brasil com os
países socialistas*, s.d., op.
br., 180x110 mm, 52 pp.

RONALDO PEREIRA RODRIGUES,
*Estudantes Brasileiros na
Tchecoslováquia*, "A Grande
Desilusão", s.d., op. br., 180x
110 mm, 32 pp.

R E V I S T A S

Do Brasil:

Sponsa Christi — fevereiro
1964, Petrópolis, RJ.

Vozes — fevereiro 1964, Pe-
trópolis, RJ.

Do Exterior:

*Bulletin da Confed. Inter.
Cat. das Instituições Hospitalares*,
Vol. I, n.º 1, 1963, Den Haag, Ho-
landa.

CONFER — out.-dezembro
1963, Madri.

*Informations catholiques in-
ternationales* — outubro 1963, Paris.

Itinerarium — out.-dezembro
1963, Braga, Portugal.

Le Mois à L'UNESCO — de-
zembro 1963, Paris.

Les Cahiers du Clergé Rural
— janeiro 1964, Paris.

Lumen — janeiro 1964, Lisboa.

Oriens — dezembro 1963, Ca-
racas, Venezuela.

Prêtres Diocésains — janeiro
1964, Paris.

Rivista delle Religiose — ja-
neiro 1964, Roma.

Seminarium — out.-dezembro
1963, Roma.

Vida Religiosa — jan.-feverei-
reiro 1964, Madri.

Vinculum — julho-setembro
1963, Bogotá, Colômbia.